Plano Estratégico de Cabo Verde

Avaliação Independente

Versão Final

Adriana Vogelaar

14 de Junho, 2017

Índice

Introdução 1

1 O enquadramento da avaliação independente 1

2 O processo da avaliação 1

3 A estrutura do documento 2

PARTE I Apreciação final do PEE 2017-2021, Versão final, Junho de 2017 3

1 Conclusões e recomendações da apreciação da versão 1 do PEE 5

1.1 Conclusões principais 5

1.2 As recomendações principais 5

2 A apreciação da versão final do PEE: resumo 6

2.1 O processo de finalização do PEE 6

2.2 O documento de PEE (versão final) 6

2.2.1 A teoria de mudança 7

2.2.2 A estrutura de programação 7

2.2.3 Os arranjos institucionais 8

3 O tratamento das recomendações da versão 1 8

3.1 Ligação entre os desafios e as propostas do PEE 8

3.2 Restruturação do documento 9

3.3 O quadro financeiro 9

3.4 Os indicadores e metas 10

3.5 Os planos de acção 11

3.6 Análise e mitigação dos riscos 12

4 Conclusões e recomendações finais 12

PARTE II Avaliação formativa do PEE 2017-2021, Versão 1, Maio 2017 .. 15

O contexto Cabo-Verdiano 17

1 Situação socioeconómico do País 17

2 O estágio actual do sector da educação 18

2.1 O sistema educativo 18

2.2 Os indicadores principais 19

3 O programa de Governo para a Educação 19

3.1 A visão 19

3.2 As prioridades 19

3.3 O papel do Plano Estratégico da Educação 20

Avaliação do Plano Estratégico da Educação 21

4 Processo da elaboração do PEE 21

4.1 Discrição do processo 21

4.2 Apreciação 22

4.3 Conclusões e recomendações 23

5 Relevância e solidez das estratégias 23
5.1 Descrição das estratégias 23
5.1.1 Retenção dos alunos até ao 12º ano ... 24
5.1.2 A empregabilidade dos graduados ... 25
5.2 Apreciação 26
5.3 Conclusões e recomendações 27
6 A qualidade do pacote de PEE 28
6.1 A análise sectorial 28
6.2 O pacote do PEE 29
6.2.1 A estrutura do PEE ... 29
6.2.2 O quadro financeiro ... 31
6.2.3 Plano Operacional ... 33
6.2.4 Quadro de Monitoria e Avaliação ... 34
6.3 A consistência interna 35
6.3.1 Consistência dos conceitos ... 35
6.3.2 Assuntos específicos ... 36
7 Condições para a implementação 38
7.1 O financiamento 38
7.2 O horizonte temporal 38
7.3 A capacidade institucional 39
7.4 O acompanhamento da implementação 39
7.5 Mitigação dos riscos 39
Conclusões e recomendações ... 41
Anexo 1: Proposta de reorganização do documento do PEE ... 45
Anexo 2: primeiras impressões sobre o PEE, versão zero ... 47
Anexo 3: Lista das pessoas consultados ... 58

Introdução

1 O enquadramento da avaliação independente

Este documento apresenta o relatório da avaliação independente do Plano Estratégico da Educação (PEE) 2017-2021 de Cabo Verde.

A avaliação independente do PEE tinha dois objectivos principais:

- Contribuir ao processo de finalização do PEE (*avaliação formativa*);
- Formular uma opinião sobre a versão final do PEE, em termos da sua credibilidade (*avaliação sumativa*) para justificar o seu financiamento no contexto da Parceria Global da Educação (PGE).

Esta avaliação faz parte do processo de Garantia de Qualidade que condiciona a participação nesta Parceria. Cabo Verde pretende apresentar um pedido de financiamento à PGE em Junho de 2017 para apoiar a implementação do Programa de Governo na área de Educação.

O PEE é um instrumento para guiar todas as intervenções no sector, internas e externas, e pode ser usado na busca de financiamento adicional. Assim, o documento deve seguir alguns padrões acordados[1] para motivar e justificar investimentos internos e externos. Com esta avaliação, pretende se encontrar respostas às seguintes perguntas[2]:

1. Se a preparação do plano foi inclusiva e participativa, sob liderança do Governo;
2. Se o plano apresenta uma teoria de mudança através de estratégias relevantes que respondem aos desafios do sector em termos de i) equidade, ii) eficiência, e iii) aprendizagem, particularmente no ensino básico (relevância e solidez);
3. Se existe consistência entre as diferentes componentes do ESP que compõem o pacote a ser apresentado à PGE (a análise sectorial, as estratégias, planos de acção, quadro de financiamento, quadro de monitoria e avaliação) (coerência);
4. Se o plano é implementável e monitorável em termos financeiros, de capacidade institucional e horizonte temporal.

2 O processo da avaliação

Este documento foi construído em três etapas principais:

Apreciação inicial

A primeira etapa envolveu uma visita a Cabo Verde (2 a 14 abril, 2017), que se concentrou na familiarização com o contexto Cabo-Verdiano. Foram analisados os documentos chaves (o diagnóstico sectorial, o Programa de Governo para a IX Legislatura, e outros documentos e estudos relevantes – vide anexo 2), e feitas entrevistas a pessoas chaves, assim como visitas a escolas e delegações da educação.

[1] Vide http://www.globalpartnership.org/content/guidelines-prepare-credible-education-sector-plan
[2] http://www.globalpartnership.org/content/guidelines-education-sector-plan-appraisal

Durante a visita foi produzido uma primeira apreciação (anexo 3) da versão zero do PEE, que foi partilhada e discutida com o Ministério, os consultores e a UNICEF.

Avaliação formativa do PEE

Numa segunda etapa foi feita a apreciação da versão do PEE (d.d. 4 de Maio), formalmente apresentada aos membros do Grupo Local da Educação (GLE) para sua apreciação.

Nesta apreciação foram considerados os elementos que constituem um plano credível e apresentadas conclusões e recomendações para melhorar o documento (vide parte II deste documento):

- O processo da elaboração;
- A relevância e solidez das estratégias e intervenções apresentadas;
- A qualidade (coerência e consistência) dos diferentes elementos do documento;
- As condições que garantem a implementação eficiente e eficaz do plano.

Opinião sobre o documento final

A opinião final sobre o PEE é dada em função da versão final do PEE de Junho 2017. Esta opinião é feita em função da apreciação formativa, e o tratamento das recomendações da mesma na versão final do PEE.

A opinião sobre a qualidade do Plano Estratégico da Educação, expressa neste documento não é (e nunca pode ser) uma simples confirmação dos critérios estabelecidos para um plano credível, mas sim, o resultado da interpretação da dinâmica entre os diferentes aspectos no contexto Cabo Verdiano, influenciada pela experiência e conhecimento do consultor.

3 A estrutura do documento

O documento tem duas partes:

- A parte I apresenta a apreciação final, baseada nas recomendações da avaliação formativa.
- A parte II é a avaliação formativa, organizado em três capítulos:
    - O contexto Cabo Verdiano para um melhor enquadramento e entendimento da qualidade da proposta do PEE;
    - A avaliação do Plano:
        - O processo da elaboração;
        - A relevância e solidez das estratégias e intervenções apresentadas;
        - A qualidade (coerência e consistência) dos diferentes elementos do documento;
        - As condições que garantem a implementação eficiente e eficaz do plano.
    - As conclusões e recomendações;
    - Os anexos, que incluem as primeiras observações sobre a versão zero do PEE.

PARTE I

Apreciação final do PEE 2017-2021, Versão final, Junho de 2017

1 Conclusões e recomendações da apreciação da versão 1 do PEE

1.1 Conclusões principais

Na base da apreciação do Programa do Governo e da primeira versão do seu Plano Estratégico da Educação 2017-2021, concluiu-se que a agenda do Governo para a Educação apresenta uma estratégia coerente e consistente para, *por um lado*, consolidar os progressos realizados nos últimos anos que colocou o sistema educativo de Cabo Verde no topo dos Países Africanos subsaarianos, e, *por outro lado*, atacar os grandes desafios que ainda persistem no sistema educativo em Cabo Verde como foram identificados na análise sectorial.

Trata-se dos seguintes desafios principais:

1. Os resultados em termos de aprendizagem dos alunos no Ensino Primário (1º até ao 6º ano) ainda estão abaixo do desejável, e contribuem para o insucesso escolar de muitos alunos no ensino secundário;
2. O perfil dos graduados no fim da sua educação e formação (ao nível de ensino secundário e superior) não respondem às necessidades para sustentar e impulsionar o crescimento económico e um maior desenvolvimento do País.

A estratégia do Governo na área de educação apresenta uma teoria de mudança, através de i) modernização do sistema educativo, particularmente em termos de revisão do sistema educativo, o currículo e formação de professores, ii) expansão do ensino básico obrigatório, e iii) governação local do Sistema Educativo ao nível dos concselhos.

A agenda proposta é apoiada pelos parceiros de cooperação bem como da sociedade civil, que têm estado envolvidos no processo da elaboração do PEE.

Contudo, a versão 1 do PEE, ainda não reflectia de forma muito clara esta agenda de mudança, e não apresentava os elementos chaves para avaliar a sua implementabilidade e sustentabilidade em termos:

- Quadro financeiro de médio prazo;
- Indicadores e metas para avaliar o grau de ambição no médio prazo e acompanhar a implementação;
- A operacionalização das accões principais.

Existiam ainda alguns aspectos que mereciam melhor reflecção e discussão, envolvendo outras partes do governo, particularmente no que concerne à expansão do ensino pré-escolar e à formação profissional.

1.2 As recomendações principais

Assim, foram feitas recomendações de curto prazo para melhorar o documento, e de médio prazo para considerar no contexto da implementação do PEE.

As recomendações principais para melhorar o PEE foram:

- Rever a estrutura do documento em termos de:
    - Enquadramento no Programa de Governo: IX Legislatura;

    - Simplificar a estrutura dos programas principais (eixos, projectos);
    - Esclarecer algumas inconsistências no texto;
    - Anexar os planos de acção e incluir responsabilidades
- Reforçar:
    - A teoria de mudança no texto, com referência clara à análise sectorial;
    - A parte de análise e mitigação dos riscos;
- Incluir:
    - O quadro de indicadores e metas ao nível dos objectivos principais e projectos por programa;
    - O quadro financeiro.

Ainda, no contexto da implementação do PEE (médio prazo), recomendou-se:

- O debate contínuo em volta das estratégias principais e a sua implementação, envolvendo outras partes interessadas, particularmente no que se refere:
    - Ao novo currículo para o 2º ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário;
    - Às competências necessárias para o desenvolvimento do País e a formação profissional;
    - Ao financiamento às escolas para melhorar a gestão pedagógica.
- A preparação dos planos operacionais, rolante, ao nível dos concelhos;
- A monitoria institucionalizada (interna, e conjunta com os parceiros), da implementação do PEE, baseada num quadro de avaliação acordado;
- A actualização (anual) do modelo de simulação para acompanhar a planificação e orçamentação anual, e alimentar a tomada de decisões politicas/estratégias durante a fase de implementação.

2 A apreciação da versão final do PEE: resumo

2.1 O processo de finalização do PEE

Como já foi indicado, o processo de elaboração do PEE foi um processo participativo e inclusivo e intensivo num período relativamente curto (vide ponto 4 da Parte II, p.21).

As observações e recomendações da avaliação da versão do Maio, bem como os comentários do secretariado de PGE e de outros parceiros foram discutidos com o Ministério, aceites e tratados na revisão do documento (vide ponto 3).

Esta versão final foi endossada pelo Grupo Local da Educação.

2.2 O documento de PEE (versão final)

O documento é organizado em três partes:

- A parte I apresenta o enquadramento da proposta do PEE em termos de estágio actual da educação, a visão do Governo sobre o papel da educação e o sistema educativo bem como as prioridades para os próximos anos (quadro politico);
- A parte II apresenta os programas e acções a serem realizados nos próximos anos para o alcance da visão do Governo no médio e longo prazo (as estratégias operacionais);

- A parte III apresenta a organização institucional para garantir a implementação das estratégias operacionais nos próximos anos, em termos de financiamento, gestão e coordenação do sistema~~,~~ e processos de planificação e monitoria.

2.2.1 A teoria de mudança

O documento apresenta a teoria de mudança do Governo em resposta aos grandes desafios do sector como foram identificados na an~~á~~álise sectorial (vide ponto 2, da parte II, p. 18) em termos de:

- Assegurar que todas as crianças que entram no 1º ano, tenham beneficiado de um ensino pré-escolar universal de 2 anos;
- Melhorar a aprendizagem em termos de competências cruciais no português e matemática no 1º ciclo do ensino básico (1- 4º ano) através de:
    - O tratamento do Português como 2ª língua;
    - Aumento de horas lectivas para o Português e Matemática;
- Remover as barreiras sociais de transição para os 7º e 8º anos através da extensão do ensino básico obrigatório e gratuito de 6 para 8 anos;
- Aumentar a relevância da educação em termos de aquisição de competências para o futuro desenvolvimento do País através de, entre outros:
    - Introdução de novas disciplinas (TICs e línguas estrangeiras) a partir do 2º ciclo do ensino básico;
    - Expandir o Ensino Técnico a partir do 9º ano com cursos profissionalizantes, e especializados (a partir do 11º ano);
    - A modernização do Ensino Superior;
- Melhorar a gestão e governação do sistema educativo:
    - Reforço de controlo interno do sistema através de inspeção, supervisão e monitoria;
    - Aumentar a participação social na vida escolar, ao nível das escolas (concelhos de escolas), concelhos (elaboração dos planos locais), e nacional (institucionalização dos encontros de Concelho Nacional da Educação);
    - Gestão para a mudança baseada em resultados (indicadores de desempenho) a partir da base;
    - Racionalização dos recursos financeiros e humanos:
        - Agrupamento da rede escolar;
        - Aumento do rácio alunos por professor;
        - Maior investimento na gestão pedagógica.

2.2.2 A estrutura de programação

O PEE é organizado em cinco programas principais: os quatro níveis de ensino, bem como o pilar de gestão educativo (vide a Figura 1).

Para cada programa do nível do ensino foram elaborados 5 ou 6 projectos que têm como objectivo contribuir para:

- O aumento do acesso equitativo;
- A melhoria da qualidade e relevância da educação;
- Uma gestão eficaz e eficiente da área programática.

Figura 1: A estrutura do PEE, versão final



Os assuntos transversais são tratados numa abordagem de integração nos diferentes projectos. O pilar da gestão educativa alimenta e impulsiona as mudanças previstas no sistema para uma gestão mais eficiente e eficaz para melhores resultados.

2.2.3 Os arranjos institucionais

A parte III da estratégia apresenta a estrutura de gestão do sistema, bem como o resumo da despesa da sua implementação e o seu financiamento e os mecanismos da monitoria e avaliação.

3 O tratamento das recomendações da versão 1

3.1 Ligação entre os desafios e as propostas do PEE

O documento final reflecte melhor a teoria de mudança a partir da análise sectorial:

- O ponto 2.2 do PEE inclui a descrição do estágio actual do sector, baseada na análise sectorial que facilita o enquadramento das prioridades e propostas estratégicas do PEE 2017-2021;
- O anexo 1 do PEE ainda apresenta este aspecto de forma mais clara e mostra a ligação directa entre os desafios e a resposta do PEE para os atacar;

Continua relevante a observação (vide ponto 5.3 na Parte II deste relatório), relativa à necessidade de aprofundar a abordagem no Ensino Técnico Profissional e a Formação Profissional.

Como foi recomendado, o plano de acção para o Ensino Básico inclui o financiamento directo (financeiro e material) às escolas básicas para melhorar a sua gestão pedagógica através de um projecto piloto.

3.2 Restruturação do documento

Foi recomendado uma reestruturação do documento (vide anexo 1 da Parte II deste relatório). Esta recomendação foi seguida e o documento (lógica e sequência) está mais claro.

Continua a existir alguma repetição, particularmente na parte I do PEE: a análise sectorial e as introduções de cada programa (parte II), bem como entre a parte II (pilar de mudança) e parte III, ponto 1 – que podia ser melhor harmonizada e alinhada para facilitar a leitura do documento:

- Os estágios actuais de cada programa (parte II), podiam ser integrados no Ponto 2.2.1 da Parte I;
- O ponto 1.5 da parte III podia ser integrada nos diferentes programas da parte II.

No entanto, isto não retira o mérito da informação apresentada no documento que apresenta uma boa documentação da situação actual~~,~~ e justificação para as escolhas politicas para os próximos anos.

3.3 O quadro financeiro

A versão final inclui um quadro financeiro de médio prazo que estava ausente na versão 1, que está baseada:

- Na despesa prevista com a implementação do PEE (anual, despesa por projecto e despesa de funcionamento);
- No cenário fiscal de médio prazo em termos de estimativa dos fundos disponíveis para os próximos anos;
- As fontes de financiamento.

Os projectos, através dos planos de acção são custeados no horizonte da sua implementação durante o período do PEE (não anual).

Quadro 1: O quadro financeiro do PEE, despesa e fundos disponíveis (previsões) – valores em 10^6 Contos

Cenário Fiscal do Medio Prazo		2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Despesa prevista	Total		12 515	12 959	12 396	13 006	12 316	63 192
	Funcionamento		*10 602*	*10 388*	*10 583*	*10 856*	*10 754*	*53 183*
	Investimento		*1 912*	*2 571*	*1 812*	*2 150*	*1 562*	*10 008*
-Cresc Anual	Total			4%	-4%	5%	-5%	
Fundos disponíveis	interno	10 487	10 806	11 113	11 405	11 680	11 935	56 939
	Cresc Anual		3%	3%	3%	2%	2%	
	externo		1 379	368	0	0	0	1 747
	Cresc Anual			-73%	-100%			
Défice	*Valor*		*330*	*1 478*	*991*	*1 326*	*381*	*4 506*
% despesa	*Total*		*3%*	*11%*	*8%*	*10%*	*3%*	*7%*
% fonte externa			**13%**	**3%**	**0%**	**0%**	**0%**	**3%**

O Quadro 1 apresenta o quadro financeiro do PEE. Como se pode ver, prevê-se um défice financeiro correspondente a 7% da despesa total prevista.

O quadro mostra as seguintes tendências:

- A despesa anual permanece constante: isto pode ser resultado de uma maior eficiência[3] e/ou da estagnação do crescimento da população em idade escolar;
- A despesa com os projectos de investimento (do PEE) é estimada em 15%;
- Espera-se um crescimento da fonte interna, abaixo de crescimento do PIB, devido à redução da despesa do estado em proporção do PIB, nos próximos anos;
- Falta informação sobre a contribuição da fonte externa para os próximos anos.

Continua a ser difícil avaliar o quadro financeiro com maior profundidade, devido à falta de informação sobre i) evolução dos efectivos, ii) discriminação da despesa de funcionamento, iii) informação sobre os custos unitários, e iv) clareza sobre o impacto do ensino básico gratuito até ao 8º ano.

Apesar disto, o défice orçamental apresentado parece sustentável e pode ser financiado pela fonte externa (o défice anual está abaixo do valor estimado da fonte externa em 2016).

O PEE apresenta esta falta da clareza sobre o financiamento ao sector no médio prazo como risco para a sua implementação eficaz e eficiente. Assim, propõe-se continuar a monitorar este aspecto na fase de implementação, e a revitalização do modelo de simulação. *Se for necessário*, deve-se ajustar as metas das intervenções com peso maior no orçamento dos projectos, como sendo, por exemplo:

- A reabilitação e construção de salas de aula e novas escolas;
- A componente de acção social.

3.4 Os indicadores e metas

A versão 1 do PEE, apenas apresentou indicadores (ou resultados) ao nível das actividades constantes dos planos de acção. A versão final inclui um quadro com indicadores e metas para o alcance dos objectivos gerais do PEE para serem alcançado até 2021.

Ao mesmo tempo, foi elaborado, por programa, um quadro de avaliação que define indicadores e metas ao nível dos objectivos estratégicos (= projectos) (anexo iii do PEE).

Assim, o PEE apresenta um quadro para o acompanhamento da implementação anual do PEE e também dos progressos relativos ao alcance dos objectivos principais do PEE (médio prazo).

Contudo, deve-se rever as metas, particularmente dos objectivos gerais, que parecem ser um pouco ambiciosos:

- Em termos de acesso universal, a experiência mostra que a inclusão dos últimos 5% das crianças e jovens é o mais difícil, particularmente considerando que ainda não fica bem claro, da analise sectorial, quem são estas crianças, e porquê (por exemplo, as crianças que não frequentam o pré-escolar);

[3] Por exemplo através do aumento do rácio de alunos por professor de 21 para 24.

- A análise sectorial mostrou que o problema do abandono no 7º e 8º ano, está ligado, principalmente, ao défice na aprendizagem nos anos anteriores. O PEE inclui estratégias claras para alterar a situação, focalizadas no 1º ciclo do Ensino Básico (1º - 4º ano).
- Contudo, o impacto da implementação destas estratégias, na conclusão do ensino básico e na melhoria na taxa de escolarização no Ensino Secundário, será visível, apenas, no próxima PEE: as crianças que que vão entrar no 7º ano em 2021/2022 frequentam actualmente o 3º ano, e as que vão entrar no 9º ano também 2012/22, frequentam actualmente a 5º classe. Assim, estas crianças não terão beneficiado das reformas introduzidas para melhorar a aprendizagem de português e da matemática no 1º ciclo do ensino básico.
- Prevê-se melhorias ligeiras, devido à introdução do ensino básico universal e gratuito, reduzindo as barreiras sociais na participação.

Quadro 2: Objetivos, indicadores e metas gerais para os anos 2017-2021, por Programa

PROGRAMA	OBJETIVO GERAL	INDICADOR PRINCIPAL DE RESULTADOS	BASE 2015 (%)	META 2021 (%)
Educação pré-escolar: universalização do acesso	Implementar a educação pré-escolar de qualidade para todas as crianças com 4/5 anos.	Taxa líquida de escolarização	85,1	100
Ensino Básico Integrado: as Bases apara a Vida	Garantir o acesso equitativo à escolaridade universal e gratuita e com qualidade até ao 8.º ano.	Taxa líquida de escolarização	86,1	100
Reforço e Consolidação do Ensino Secundário (VG e VT)	Melhorar o acesso, a qualidade e a relevância do ensino secundário em sintonia com o desenvolvimento do país	Taxa líquida de escolarização	51,7	80
		% de alunos da VT	3,1	10
Ensino Superior, Ciência e Inovação	Promover o desenvolvimento equitativo e sustentável do ensino superior, articulando-o à investigação em consonância com o desenvolvimento sócioeconómico e cultural do país.	Taxa líquida de escolarização	23	30
		N.º de estudantes no ensino superior por 100.000 hab.	2.264 (2013)	2.385
Gestão Educativa: o Pilar da Mudança	Reforçar a qualidade dos serviços prestados pelas equipas centrais e descentralizadas com eficácia e eficiência	Percentagem da execução do Plano Estratégico		95

Assim, propõe-se, através de um processo de monitoria institucionalizada, a revisão anual das metas do PEE, em função dos progressos feitos com a implementação do plano no ano anterior.

3.5 Os planos de acção

O PEE, em anexo, inclui planos de acção, que, para cada programa, operacionalizam os projectos principais em termos de:

- Resultados esperados (objectivos e metas);
- Actividades principais para o alcance dos objectivos;
- Calendário que define o ano da implementação;
- Responsabilidade pela implementação das actividades;
- Orçamento previsto (total).

Estes planos apresentam uma boa base para a elaboração de planos mais específicos de implementação ao nível de cada unidade responsável para a implementação das actividades principais e resultados específicos, como previsto no PEE (p.15).

A implementação dos planos de acção implica um processo de planificação e orçamentação anual, alinhado com o PEE. Embora isto esteja salvaguardado ao nível do Governo, através do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), as observações feitas no ponto 6.2.3, parte II deste relatório, na pág. 33, continuam relevantes.

3.6 Análise e mitigação dos riscos

O documento inclui uma análise de risco. As observações feitas no ponto 7.5 da Parte II deste relatório, no pág. 39, continuam válidas.

Para mitigar os riscos, seria crucial:

- A divulgação da estratégia, as expectativas da sua implementação, e o impacto em termos de mudança na prática do dia-dia;
- A elaboração dos planos operacionais ao nível dos concelhos (vide ponto 3.5 acima);
- A monitoria regular dos progressos feitos na implementação do PEE através das matrizes dos indicadores de desempenho (vide ponto 3.4 acima).

4 Conclusões e recomendações finais

Pontos fortes

Estratégia relevante e consistente que:

- Responde aos grandes desafios identificados na análise sectorial;
- Apresenta uma clara teoria para a mudança, enquadrada na modernização e governação local do sistema educativo;
- É holística, a partir do ensino pré-escolar até ao ensino superior;

~~A~~ Liderança e cometimento do Governo:

- O plano reflecte a visão e estratégias do governo para o desenvolvimento do sistema educativo no país;
- O governo tem estado a conduzir o processo da elaboração do PEE, garantindo a sua implementação (*já iniciada*);

Um processo participativo e inclusivo:

- Os parceiros de cooperação e a sociedade civil foram envolvidos e ouvidos no processo da elaboração do PEE, e,
- Apoiam a análise sectorial e a resposta do Governo para enfrentar os grandes desafios;

O quadro lógico e operacional:

- Apresenta uma estrutura lógica em cadeia, em termos de programas, projectos e actividades principais;
- Inclui indicadores e metas para o acompanhamento e monitoria da implementação e progressos no alcance dos objectivos gerais e estratégicos;
- As actividades principais estão custeadas;

- Os planos de acção apresentam uma base para guiar a implementação anual das actividades;

A capacidade existente:

- O sistema educativo é robusto e apresenta uma forte base para a introdução das reformas propostas;
- Existe capacidade e apoio técnico para assegurar a implementação;
- Uma abordagem de pragmatismo na implementação faseada, em função dos fundos disponíveis e progressos feitos.

Áreas de atenção

Agenda ambiciosa:

- O plano apresenta uma agenda de reforma ambiciosa, cujo impacto possivelmente apenas será visível posteriormente à sua implementação. Isto exige a necessidade de manejar grandes espectativas, por exemplo, através do reajuste das metas;

O défice financeiro:

- A implementação do PEE acontece um contexto de rescrição financeira;
- Falta informação sobre os compromissos de médio prazo dos parceiros de cooperação, embora existam oportunidades de novos fundos (PGE, BM);
- Assim, deve-se monitorar o quadro financeiro na fase da implementação e, se necessário, fazer ajustes às metas anuais;

Alinhamento e diálogo contínuo com outras entidades

- A operacionalização da agenda do Governo na área de Ensino Técnico Profissional ainda não está bem clara e merece mais diálogo entre as diferentes entidades envolvidas dentro e fora do Governo;
- Para realizar o objectivo de um ensino pré-escolar universal, será necessário um trabalho intensivo com as câmaras municipais para aumentar e melhorar a oferta, bem como na área de comunicação social para estimular a participação das famílias ainda não cobertas.

Aperfeiçoar o ciclo de planificação anual

- A implementação das reformas propostas impõe a necessidade de melhorar o sistema de planificação, orçamentação e monitoria anuais,, a partir da base (planos operacionais ao nível dos concelhos);
- Embora isto esteja previsto no PEE, isto deve ser com alguma urgência para acompanhar a implementação de uma agenda bastante ambiciosa.

O parecer final

É opinião da avaliadora que o Plano apresenta uma estratégia sólida para melhorar os resultados da educação, principalmente em termos de i) aprendizagem, ii) equidade no acesso e participação e iii) eficiência e eficácia na sua gestão, que foi preparado através de um processo inclusivo e participativo.

Reconhecendo a dinâmica da sua implementação que não é estática, o PEE apresenta um roteiro claro e conciso para guiar o Ministério na realização da sua ambição nos próximos anos, que merece todo o apoio técnico e financeiro dos seus parceiros.

PARTE II

Avaliação formativa do PEE 2017-2021, Versão 1, Maio 2017

O contexto Cabo-Verdiano

Para conseguir respostas a estas perguntas, é necessário um entendimento sobre o contexto Cabo-Verdiano que define os parâmetros para a pertinência das estratégias principais, e a sustentabilidade da sua implementação, como sendo i) a situação macroeconómica e politica do País, ii) o estágio actual da educação e os seus grandes desafios; e iii) as estratégias propostas pelo Governo para os próximos anos.

1 Situação socioeconómico do País

Cabo Verde é um País insular no Oceano Atlântico, com uma população residente estimada em 520 mil habitantes, e uma comunidade grande na diáspora[4]. No seu percurso de desenvolvimento, o País apresenta uma história africana de sucesso: em apenas 30 anos, entre 1982 e 2012, o PIB por capita cresceu, em valores reais, num factor de 3,5 e o país conseguiu reduzir a fome de 16% (1991) para 9% em 2015. Em 2008, Cabo Verde entrou na lista de Países de Rendimento Médio.

Atribui-se este sucesso principalmente à estabilidade e boa governação, baseado numa estratégia clara e consistente para o desenvolvimento do País.[5] Os seguintes aspectos são importantes na apreciação do Plano Estratégico da Educação 2017-2021.

Transformação populacional

Enquanto o crescimento populacional foi superior a 2% nos anos noventa, nos últimos 15 anos, o crescimento estabilizou-se em volta de 1% devido à redução de taxa de fertilidade. Consequentemente, reduziu entre 2000-2015, o peso populacional do grupo etário 6-17 anos em 15%, e prevê-se a continuação da tendência de redução do crescimento populacional nos próximos anos.

Ao mesmo tempo aumentou a esperança de vida (estimada em 73 anos, 2014). Assim, prevê-se, um aumento do rácio de dependentes a partir de 2025 (particularmente em termos de idosos) com as suas implicações: menos pessoas para sustentar os seus dependentes.

Ainda, o País de emigrantes está sendo confrontado com o influxo de imigrantes de África Ocidental que coloca alguma pressão social.

Um País com pouco recursos naturais

Os recursos naturais principais do Cabe Verde são o Mar, o Sol e as Praias. A optimização destes recursos requer competências especializadas, por exemplo, para o desenvolvimento de sector de turismo, agropecuário, o transporte marítimo, ou a exploração e exportação de energias renováveis.

Estagnação económica

Apesar do desenvolvimento rápido da economia cabo-verdiana, a sua sustentabilidade e desenvolvimento contínuo é complexo considerando a economia de pequena escala, pouco

[4] Existem diferentes estimativas sobre o número de Cabo-Verdianos que vivem na Diáspora. O PEE indica que a população que vive no exterior é quase o dobro da comunidade residencial.
[5] Carlos Lopes, http://www.uneca.org/es-blog/cape-verde-development-trajectory-lesson-africa, 17 de Julho, 2013.

diversificada, e a dependência e vulnerabilidade a flutuações da economia mundial. O crescimento económico estagnou entre 2008-2015 em cerca de 1,2%. O endividamento público é estimado próximo dos 125% do PIB. As oportunidades para o emprego são limitadas e as taxas de desemprego são mais altas no grupo etário 25-29 anos (27%).

Apesar das previsões positivas de médio e longo prazo, e esperança de crescimento nos próximos anos em volta dos 4-5%, prevêem-se restrições e reformas na despesa publica para recuperar e reduzir a dívida.

Mudança política

Tomou posse, em Abril de 2016, o novo Governo, formado pelo Movimento para a Democracia (MpD), que quebrou a governação de 15 anos do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). O programa de Governo para o Quinquénio (PQG) dá enfoque na inclusão, modernização e restauração da economia, entre outros, através de uma educação e formação profissional de excelência para todos os Cabo-Verdianos.

2 O estágio actual do sector da educação[6]

2.1 O sistema educativo

A estrutura do sistema educativo

O Sistema Educativo funciona com base na Lei de Bases de 1990 que estabelece um sistema educativo composto por ensino primário e secundário de seis (6) anos cada. Em 2010, esta Lei foi revista, introduzindo um ensino básico obrigatório formal de oito (8) anos e um ensino secundário de quatro (4) anos, *via geral e via técnica*. Na mesma Lei prevê-se uma educação pré-escolar facultativa a partir dos 4 anos de vida.

A Lei do 2010 não foi implementada, por várias razões ligadas à complexidade de introduzir mudanças estruturais.

Prevê-se a sua introdução gradual, a partir do ano escolar 2017/2018 com algumas mudanças, apenas nos ciclos, não nos seus princípios.

Financiamento ao sector

A alocação para educação tem estado em volta dos 5-6% do PIB, e a alocação do orçamento de estado entre 23-27%. Isto reflecte a prioridade dada à educação.

Da despesa pública com a educação, cerca 80% é despesa de corrente e 20% de investimento. No ensino primário, 80% da despesa corrente é despesa salarial (docentes e não docentes), enquanto no Ensino Secundário, isto já é 94%. No Ensino Primário, grande parte da despesa não salarial é para apoio social (71%).

Assim, pouco recursos estão disponíveis para a gestão pedagógica ou para o funcionamento das instituições (manutenção, materiais, capacitações, etc.). Esta despesa é parcialmente coberta pelas receitas que resultam das propinas (ensino secundário) e outras contribuições dos pais (todos os níveis).

[6] Fonte principal: O estudo diagnóstico: “Elementos de Análise Sectorial”, UNICEF, 2015

2.2 Os indicadores principais

A prioridade dada à educação, desde a independência, resultou na construção de um sistema educativo bastante sólido na base.

A cobertura do sistema

O país atingiu altas taxas de escolarização médias (13,2 anos), acima da média dos países com o mesmo nível de desenvolvimento económico (11,8 anos). Quase todas as crianças concluem o ensino primário. A taxa de transição do ensino primário para o ensino secundário é alta (94%). A taxa de alfabetização varia entre mais de 90% (grupo etário dos 15 aos 39 anos) até 33,5% (mulheres acima de 50 anos na zona rural). Estima-se que cerca de 86% das crianças frequentem o ensino pré-escolar (2012). Cabo Verde conta com 2,5 estudantes por 100 habitantes no Ensino Superior.

Equidade

O sistema educativo é bastante igualitário, desde o ensino pré-escolar até à universidade. O Estado tem estado a investir no apoio social de várias formas para assegurar que cada criança e jovem tenham acesso à educação (alimentação escolar, transporte, bolsas).

Apesar disto, existem factores económico e sociais com impacto no percurso escolar dos alunos. Este impacto torna-se particularmente visível a partir do 2º ciclo do Ensino Secundário (9ª classe): um menino de uma família pobre, vivendo fora da ilha Santiago, corre o maior risco de não acabar o ensino secundário.

Aprendizagem

Apesar dos dados não serem recentes (2010), uma avaliação nacional das competências dos alunos na 6ª classe na área de Português e Matemática, mostrou que apenas 27% dos alunos tinha um desempenho satisfatório (acima de 10 (dos 20 pontos máximos).

Este resultado é atribuído, em primeiro lugar, à gestão pedagógica, com maior impacto nas crianças que vivem em situações socioeconómicas precárias.

Os dados sugerem ainda que o fraco domínio da matemática na 6ª classe, é um dos determinantes do insucesso no Ensino Secundário. Isto mostra a complexidade dos factores sociais no sucesso escolar num sistema bastante equilibrado, onde quase todas as crianças concluem o ensino primário.

3 O programa de Governo para a Educação

3.1 A visão

O novo Governo comprometeu-se com a criação de um sistema educativo integrado no conceito de economia do conhecimento que, da base ao topo, oriente os jovens para um perfil cosmopolita aberto ao mundo, capaz de interiorizar os valores intrínsecos ao saber ser, fazer e estar, de responsabilização mútuas, como membros da comunidade, e motivado para a aprendizagem ao longo da vida, cultura de investigação, experimentação e inovação.

3.2 As prioridades

O Governo assumiu como grandes desafios na realização da visão assegurar que todas as jovens completem o ensino secundário, e continuem a sua formação adquirindo as competências especializadas para sustentar e impulsionar o desenvolvimento contínuo do País.

Assim, foram estabelecidas as seguintes prioridades (em resumo), com base na Lei de Bases de Educação de 2010, no Programa de Governo para a IX Legislatura:

1. Acesso ao Ensino Pré-escolar para todas as crianças com 4-5 anos;
2. A expansão do Ensino Básico universal e gratuito até ao 8º ano para crianças e adultos, orientado para a criação de um sistema educativo universal e gratuito de 12 anos;
3. A modernização dos currículos em todos os níveis a fim de se proporcionar uma educação de qualidade que resulte em competências relevantes para o emprego e para o empreendedorismo;
4. A expansão do Ensino Técnico e Superior, focalizada nas áreas económicas relevantes para o desenvolvimento do País;
5. Uma boa governação do Sistema Educativo através de uma gestão descentralizada.

3.3 O papel do Plano Estratégico da Educação

Embora o processo de elaboração do PEE tenha iniciado em 2014, o PEE, na sua versão actual, foi elaborado apenas em 2017, e tem como base o Programa de Governo.

Pretende-se com este plano estratégico aprofundar e operacionalizar as linhas de orientação do Governo em acções concretas a serem implementadas nos próximos anos.

Ainda, pretende-se, com esta versão, ter um documento de base para a continuação do debate sobre as prioridades e estratégias, e a criação de um quadro lógico que guiará a planificação, orçamentação e monitoria da implementação do Programa de Governo na área de Educação.

4 Processo da elaboração do PEE

Uma preparação do plano inclusiva e participativa, sob liderança do Governo?

4.1 Discrição do processo

Fase um (2014-2015)

O processo de elaboração do Plano Estratégico iniciou em Julho 2014, com a criação do Grupo Local da Educação (GLE), no âmbito de adesão de Cabo Verde à Parceria Global da Educação (PGE). O GLE inclui representantes do Ministério da Educação, dos parceiros de cooperação e da Sociedade Civil. O mandato do GLE é o acompanhamento da preparação e implementação do PEE nas suas várias etapas.

A UNICEF foi identificada como Parceiro Coordenador, e responsável para gerir o processo da preparação do pedido de financiamento à PGE, em conjunto com o Ministério da Educação.

Como um primeiro passo, foi conduzido um estudo diagnóstico "*Elementos de análise sectorial da Educação em Cabo Verde: Serviços mais eficazes e mais justos ao serviço do crescimento e do emprego*" (Alain Mingat, 2015 – financiamento UNICEF), sobre as tendências e o estágio actual do sector da educação. O estudo diagnóstico inspirou-se na experiência acumulada pelo Banco Mundial e pela UNESCO (escritório de Dakar) num certo número de países (entre os quais Cabo Verde em 2010) durante os últimos quinze anos baseado na comparação internacional dos sistemas educativos.

Este diagnóstico foi partilhado e discutido com o Ministério e os parceiros. Na base deste estudo, foi elaborado um rascunho da Carta Politica como resposta aos desafios identificados no diagnóstico, e como base para a elaboração do Plano Estratégico e Operacional da Educação.

Fase dois (2016-2017)

O processo foi interrompido pelas eleições que tiveram lugar em Março 2016, e apenas retomou a sua dinâmica no 4º trimestre de 2016, depois da instalação de nova equipa do Ministério.

Foi contratado um consultor para a elaboração do Plano. O trabalho ficou inacabado uma vez que não respondeu às expectativas do Ministério e os seus parceiros. Uma nova consultoria foi contratada, que retomou o trabalho iniciado. Esta nova equipa é composta por pessoas com muito experiência e com um profundo conhecimento do Sistema Educativo de Cabo Verde sendo da confiança do Ministério.

Uma versão preliminar foi partilhada com o Ministério, a consultora e a UNICEF para a sua apreciação durante a missão. A versão sujeita à avaliação externa é a versão de 4 de Maio, 2017. Espera-se o endossamento pelo GLE até ao fim de Maio como parte do pacote de pedido de financiamento à PGE.

Fase três (pós Junho)

O documento é considerado como documento orientador para facilitar o debate continuo e o desenvolvimento de planos mais detalhados ao nível operacional. Está prevista a apresentação do PEE à sociedade civil em Outubro de 2017.

4.2 Apreciação

Liderança do ME

O processo iniciou no mandato do governo anterior, e continuou com o novo governo saído das eleições de Março de 2016. Foram contratados consultores para a elaboração da análise sectorial e do PEE, financiado pela UNICEF. Contudo, todo o trabalho realizou-se em estreita ligação com o Ministério, sob liderança directa da Ministra da Educação.

Enquadramento no Plano do Governo

O PEE foi elaborado a partir das linhas de orientação do Programa do Governo para a IX Legislatura, 2016-2021. Os projectos propostos no PEE estão alinhados com a estrutura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS 2017-2021) - *em desenvolvimento*- para assegurar a sua inserção. A elaboração do PEDS está sob liderança do Ministério das Finanças para garantir a sua sustentabilidade financeira através do Cenário Fiscal do Médio Prazo que acompanha a implementação do PEDS. Assim, trata se de um processo dinâmico alinhado.

Figura 2: A interligação dos instrumentos orientadores



Inclusivo, participativo e consensual

A elaboração da análise sectorial e do plano estratégico foi um processo participativo, envolvendo, internamento, os serviços centrais e desconcentrados (nível dos conselhos[7] e escolas), e os parceiros de cooperação e da sociedade civil através do GLE.

[7] O conselho é o nível administrativo desconcentrado responsável para a gestão do sistema educativo. Existem 22 conselhos nas 9 ilhas habitadas do Cabo Verde.

O estudo diagnóstico foi usado como instrumento para aprofundar o diálogo sobre a situação actual, dando rumo à identificação de estratégias especificas, viradas para resolver os grandes nós de estrangulamentos, facilitando a criação de um entendimento partilhado e consensualizado sobre as prioridades do sector para os próximos anos.

As opções e orientações de politica educativa que constam no plano, foram socializados e discutidas em encontros com a comunidade educativa em vários momentos, o mais recente sendo o encontro de Conselho Nacional de Educação (CNE) que teve lugar em Março de 2017. O CNE é o órgão principal para a formulação de políticas, que conta com a representação das forças sociais, culturais e económicas. Participaram ainda, neste encontro, os parceiros de cooperação.

Dos encontros com o GLE, onde participou a avaliadora externa, no dia 4 de Abril, onde foi apresentado a primeira versão do PEE, assim como as várias entrevistas realizadas, confirmaram que, quer o diagnóstico sectorial, que identificou os principais desafios do sector, bem como as políticas propostas como respostas aos desafios, são de consenso de todas as partes interessadas.

Contudo, também ficou claro que o debate ainda não terminou e existe a necessidade de continuar o dialogo particularmente no que respeita às implicações da implementação das políticas.

4.3 Conclusões e recomendações

Pode-se concluir que o processo de elaboração do PEE satisfaz os critérios de i) participativo, ii) inclusivo e iii) sob liderança do Ministério. O processo contribuiu para a melhoria da comunicação e coordenação entre o Ministério e os seus parceiros através da criação do Grupo Local da Educação.

O PEE apresenta uma agenda consensual e, assim, servirá como um instrumento poderoso para o alinhamento e harmonização das diferentes intervenções de todas as partes envolvidas, parceiros nacionais e internacionais, na provisão de educação e/ou financiamento do sector.

Nesta perspectiva seria importante a institucionalização GLE e regularizar os seus encontros, para continuar o diálogo em torno do PEE, e assegurar o acompanhamento da sua implementação.

5 Relevância e solidez das estratégias

O plano apresenta uma teoria de mudança através estratégias relevantes que respondem aos desafios do sector em termos de i) equidade, ii) eficiência, e iii) aprendizagem, particularmente no ensino básico?

5.1 Descrição das estratégias

Para o alcance dos objectivos do Programa do Governo, em termos de criar uma nova geração Cabo-Verdianos capazes de construir um Cabo Verde desenvolvido, inclusivo, democrático, aberto ao mundo, moderno, seguro, seria importante que a maior parte dos jovens concluam uma educação e formação relevante para o emprego ou o empreendedorismo.

Contudo, no contexto actual, apenas metade das crianças concluem o ensino secundário de 12 anos, e existe uma alta taxa de desemprego entre os jovens. Os dados sugerem que isto resulta dos problemas com a qualidade e relevância da educação, reforçados pela vulnerabilidade individual (pobreza) de parte da população, bem como do contexto do País em termos de oportunidades para o crescimento económico e o emprego (vide ponto 0, na pag. 17).

Assim, os enfoques do PEE são:

- Assegurar a retenção dos alunos no Ensino Secundário;
- Melhorar a relevância da educação em todos os níveis e expandir o ensino técnico profissional e superior.

5.1.1 Retenção dos alunos até ao 12º ano

Os dados estatísticos mostram que, embora quase todas as crianças concluam o Ensino Primário, apenas 50% chegam ao 12º ano (2012). A grande queda começa já na transição do 7º para o 8º ano.

O diagnóstico identificou como causa deste problema, a aprendizagem dos alunos no Ensino Primário. A aprendizagem é afectada principalmente pela deficiência na gestão pedagógica em termos de i) pouco acompanhamento da aprendizagem, e ii) falta de recursos para os fins pedagógicos, e reforçado pelas condições socioeconómicas, necessidades educativas especiais, e a frequência do ensino pré-escolar.

O Programa do Governo compromete-se a introdução imediata do ensino básico obrigatório e gratuito até ao 8º ano, expandindo, ao longo do mandato, para uma escolarização obrigatória e gratuita de 12 anos, bem como a universalização do pré-escolar para todas as crianças dos 4 aos 6 anos.

O PEE apresenta uma série de estratégias para atacar estes problemas:

Assegurar oportunidades equativas para todos:

- A universalização do ensino pré-escolar universal de qualidade através de:
  - Maior envolvimento do Estado para a garantia de qualidade;
  - Criação de parcerias com os municípios que oferecem serviços de ensino pré-escolar;
- A expansão do ensino básico obrigatório e gratuito até o 8º ano através de:
  - Reagrupamento da rede escolar;
- A criação de condições para uma educação inclusiva;
- A expansão do apoio social:
  - Refeições quentes até ao 8º ano;
  - Expansão do transporte escolar para os mais vulneráveis (ensino básico e secundário).

Enfoque na aprendizagem do aluno:

- A revisão curricular, virada para a aquisição de competências básicas no 1º ciclo através de:
  - Introdução do Português com 2ª língua;
  - Aumento das horas lectivas de português e matemática no 1º ciclo;
- A revisão do sistema de acompanhamento e avaliação do desempenho escolar;

- A introdução do sistema de “tutores” para o apoio às crianças com dificuldades de aprendizagem;
- A formação contínua dos professores para a introdução das mudanças curriculares, melhor acompanhamento dos alunos, com atenção especifica para os alunos com necessidades educativas especificas.

Reforçar a gestão e governação do sistema:

- Reforço institucional e técnico para uma gestão descentralizada;
- Maior participação social na vida educativa;
- Reforço do controlo, seguimento e avaliação do sector em todos os níveis;
- Aumentar a autonomia da gestão da escola (particularmente escolas secundárias).

5.1.2 A empregabilidade dos graduados

Enquanto quase todas as pessoas com formação superior, acima de 35 anos, estão empregadas, a taxa de desemprego é de 27% para os jovens no grupo etário 25-29 anos. Existem tendências similares nas gerações que apenas completaram o ensino secundário.

Observaram-se deficiências nas competências relevantes dos graduados do ensino secundário e superior que permitem encontrar o emprego. No Ensino Superior, apenas 5,4% frequentam nos cursos na área de ciências contra 14,5% em média nos países em condições económicas similares.

O sistema de formação profissional não é suficiente em termos de cobertura e variedade de cursos oferecidos. Para um melhor aproveitamento das oportunidades que existem, é necessário um maior investimento na formação técnica e profissional ao nível médio e superior nas áreas directamente ligadas aos sectores económicos com maior potencial de rendimento alto.

O Programa do Governo considera as políticas de emprego e a formação profissional intrinsecamente ligadas e dá enfoque ao aumento de empregabilidade dos jovens Cabo-Verdiano através, por um lado, da modernização do ensino e, por outro lado, da expansão do ensino técnico e formação profissional, diretamente ligada às áreas identificadas para impulsionar a economia, particularmente nos sectores agropecuário, transporte, turismo e energia renováveis.

O PEE operacionaliza estas linhas de orientação através das seguintes intervenções:

Aumento a acesso equitativo ao Ensino Técnico e Superior:

- Promoção e expansão do Ensino Técnico (via técnico no Ensino Secundário);
- Promoção de *e-learning* no Ensino Secundário e Superior (ensino à distância);
- Apoio aos estudantes mais vulneráveis:
    - Bolsas de estudos, orientadas para o ETP e as áreas cientificas;
    - Apoio ao pagamento das propinas para os mais vulneráveis;
    - Provisão de acomodação para os estudantes sem residências.

Aumentar a relevância e qualidade da educação através de:

- Modernização do currículo baseado em competências orientadas para o prosseguimento de estudos e para a vida activa, em termos de:

    - A introdução do ensino de línguas (inglês, francês, mandarim) e de TICs, já a partir de 2º ciclo para o jovem cabo-verdiano;
    - A introdução de orientação profissional já no ensino básico (7º e 8º anos);
    - Reforço das ciências, seja no campo teórico como da prática laboratorial;
- Criação de um Sistema Nacional de Qualidade do Ensino Superior, baseado em padrões internacionais.

Promover a ligação com o sector privado e o mundo empresarial em diferentes vertentes

- Realização dos estágios (ETP);
- Envolvimento das empresas na definição do currículo do ETP;
- Promoção de uma cultura de investigação.

5.2 Apreciação

Baseado em evidências

A análise do sector apresentada no PEE foi alimentada principalmente pelo estudo diagnóstico, complementado por outros estudos e reflecções e consultas sobre o mesmo que confirmaram a validade das conclusões (vide o ponto 0 na pág. 28 sobre o estudo diagnóstico e a qualidade de dados estatísticos).

Cadeia de causalidade

Como se pode observar no ponto 5.1, as estratégias do PEE apresentam respostas claras aos grandes desafios do sector da educação no alcance dos objectivos do Governo, particularmente no que se refere ao ensino geral.

Contudo, esta cadeia causal, não está bem visível/explicada no documento. Particularmente, a operacionalização das intenções do Governo na área do Ensino Técnico e Formação de Profissional ainda não estão bem claras. A parte de Formação Profissional é pouco abordada. Isto pode ser o resultado da integração desta componente no programa de ensino secundário, mas também da pouca clareza sobre como operacionalizar esta área uma vez que isto requer diálogo com o Ministério da Economia e Emprego.

Está ausente uma reflexão sobre o financiamento às escolas. O estudo diagnóstico apresentou o dilema entre o financiamento para programas de apoio social e para os fins pedagógicos. Considerando o aumento das intervenções de apoio social, bem como a universalização do ensino básico gratuito, deve-se incluir uma reflecção sobre o financiamento dos conselhos e das escolas para o seu funcionamento, e a gestão pedagógica (materiais, capacitações, supervisão etc.).

No contexto dos grandes desafios, o tratamento da educação dos adultos não reflecte uma visão clara. O que significa a educação para os adultos, num contexto onde quase todas as crianças concluem o ensino primário, e a maior parte das pessoas não alfabetizadas são mulheres acima de 50 anos. O que é que o grupo de jovens fora de escola procura? Como se pode ligar a educação básica para jovens com a formação profissional?

Enfoque na equidade, eficiência e aprendizagem

No centro da estratégia está a expansão do ensino básico até ao 8º ano e a universalização do pré-escolar. Isto é motivado por um lado, pelo combate às desigualdades e à criação de oportunidades equitativas para todos no contexto de educação como direito de todos e, por

outro lado, como estratégia principal para melhorar a retenção dos alunos no sistema até o 12º ano (vide o ponto anterior):

- Através do aumento dos programas de apoio social e da atenção especial para uma educação inclusiva, assegura-se uma maior equidade na participação e retenção dos mais vulneráveis em termos de condições económicas ou com necessidades educativas especiais;
- Promove-se o reforço das capacidades técnicas, descentralização das responsabilidades, e maior autonomia para as instituições e envolvimento da comunidade na vida escolar para uma maior eficiência na gestão do sistema e os seus recursos;
- O aumento da aprendizagem nos diferentes níveis é previsto através da universalização do pré-escolar, da revisão curricular, do enfoque na formação e capacitação dos professores, e no maior acompanhamento do desempenho escolar.

Evidência da efectividade das estratégias

Está prevista a introdução de uma série de reformas. Embora estas reformas já foram planificadas há anos atrás, ainda não foram concretizadas. Correu um projecto piloto relativo à expansão do ensino básico, mas não houve acompanhamento da sua implementação ou do seu impacto.

Assim, a implementação das reformas traz consigo alguns riscos, mas, considerando a solidez do sistema existente, este risco parece manejável através de um bom acompanhamento na fase de implementação.

5.3 Conclusões e recomendações

O PEE apresenta, na sua generalidade, estratégias relevantes e sólidas em termos da sua resposta aos grandes desafios do sistema. Para assegurar que o documento reflecte claramente a cadeia causal, o documento podia beneficiar de um resumo ou sumário executivo que apresente os grandes desafios e as estratégias principais para atacá-los nos próximos anos (vide também ponto 6.2.1);

A abordagem para o ensino dos adultos e na área de Ensino Técnico Profissional pode beneficiar de um maior debate e alinhamento com os diferentes intervenientes. Sugere-se deliberar sobre as seguintes questões de fundo:

- *Qual será o cenário preferível para o Ensino Técnico no contexto do Ensino Secundário;*
- *Existem oportunidades de entrada e saída do ETP para o ESG e vice-versa?*
- *O enfoque dos programas e alternativos para os jovens e adultos, neste momento fora do sistema formal (a abordagem para a educação dos adultos);*
- *Mecanismos de cooperação e colaboração entre o MED, o MEE e outros intervenientes (particularmente o sector privado).*

Outra área que merece maior atenção é o financiamento às escolas através dos fundos do Estado, bem como as contribuições dos pais e encarregados da educação. Neste perspectiva pode-se considerar um estudo sobre a capacidade e vontade de contribuir para a educação, e

considerar a inclusão de um projecto piloto de financiamento directo às escolas baseado, por exemplo, no desempenho dos alunos.

6 A qualidade do pacote de PEE

A existência e consistência entre as diferentes componentes do ESP que constituem o pacote a ser apresentado à PGE (a análise sectorial, as estratégias, planos de acção, quadro de financiamento, e quadro de monitoria e avaliação)

6.1 A análise sectorial

O estudo diagnóstico

O estudo (vide ponto 4.1, na pág. 21) apresenta uma análise holística e profunda do sistema educativo em termos da sua cobertura, eficiência interna, equidade (género, pobreza, localização geográfica), aprendizagem, gestão e financiamento de ensino pré-primário até ao ensino superior. Ainda, o estudo coloca o sistema educativo numa perspectiva regional (África).

Baseou-se nos dados estatísticos educativos (levantamentos anuais - último ano escolar: 2013/2014) do Ministério da Educação, os inquéritos multiobjectivos contínuo (IMC 2011-2013), bem como a aferida (avaliação nacional de desempenho dos alunos do 6º ano, concentrada no domínio de português e da matemática) de 2010.

Em termos de qualidade e disponibilidade dos dados, o estudo confirmou a disponibilidade dos dados sobre o ensino geral, mas alertou para os dados insuficientes sobre a formação profissional e o ensino superior, e a dificuldade de ter acesso aos dados demográficos e de inquéritos aos agregados familiares devido à deficiente coordenação entre o MED e o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), e falta de tratamento de questões ligadas à escola e educação nos inquéritos de INE.

O estudo foi usado como instrumento para aprofundar o diálogo sobre a situação actual, dando rumo à identificação de estratégias especificas, viradas para resolver os grandes nós de estrangulamentos, facilitando a criação de um entendimento partilhado e consensualizado sobre as prioridades do sector para os próximos anos (vide também na introdução e o ponto 4.2, na pág. 22).

Outros estudos

Além do estudo diagnóstico foram usados outros estudos, como for exemplo o estudo "Feminino, masculino e questões de género" (Maritza, 2014, INE), "Avaliação das competências das crianças à entrada no ensino básico em Cabo Verde (UNICEF; 2012) e sobre "A autonomia e governação do Ensino Superior" (Brito, 2015).

Estes outros estudos fornecem informações adicionas que complementam e/ou aprofundam questões levantadas no diagnóstico.

Questões em aberto

O entendimento sobre a situação actual, contudo, levanta uma série de novas perguntas que merecem estudos adicionais, qualitativos, para aprofundar as questões identificados no diagnóstico e/ou outros estudos/documentos, por exemplo, nas áreas de:

- *Competências básicas*: O que falta no processo de ensino-aprendizagem na sala de aula, e, por exemplo no currículo, particularmente na área de matemática para obter melhores resultados;
- *O factor social-económico*: a capacidade e vontade dos pais e encarregados de educação de contribuir para o financiamento da educação dos seus filhos;
- *As competências necessárias para impulsionar o desenvolvimento do País*: que competências?

Estes estudos podiam contribuir para uma maior articulação e operacionalização das estratégias propostas.

6.2 O pacote do PEE

6.2.1 A estrutura do PEE

Abrangência

. A estratégia abrange todo o sistema educativo, mas não abrange na sua totalidade o sector de formação profissional.

O quadro lógico: os programas, eixos e projectos

O PEE apresenta um quadro estratégico para a operacionalização das prioridades e enfoques do Governo na área de educação nos próximos anos. O documento é estruturado em 5 programas:

- O pilar da gestão do sistema;
- O Ensino Pré-primário;
- O Ensino Básico obrigatório para as crianças e adultos;
- O Ensino Secundário Geral e Técnico Profissional;
- O Ensino Superior.

Cada programa/pilar é organizado em eixos estratégicos de i) acesso, ii) qualidade, iii) eficácia, iv) relevância e v) governação. As questões transversais, como sendo as necessidades educativas especiais, género, saúde escolar e nutrição, acção social e tecnologias de informação e comunicação, são consideradas numa abordagem de integração.

Para cada uma destas áreas são abordados os grandes desafios (análise da situação actual), e identificadas as estratégias principais para atacá-los. As estratégias são traduzidas em planos de acção, baseados em projectos custeados.

Entende-se a organização em quatro programas como proposta de alinhar com os programas do PEDS. Assim, o pilar sobre a gestão do sistema não se enquadra bem nesta abordagem, mas sim, é importante para colocar no PEE.

Entende-se, ainda, os eixos como uma maneira de organizar as intervenções por programa, tocando nos elementos chaves do sistema educativo. Contudo, a estrutura fica um pouco complexa e não é sempre aplicada na mesma lógica (vide o Quadro 3).

- O texto (p. 17 do PEE) refere aos seis eixos, incluindo a transversalidade, enquanto a figura 1, apenas reflecte 5, enquanto na p.19 do PEE (4º parágrafo), já não se menciona a relevância;

- Os planos de acção dos programas apenas reflectem 4 eixos, cobrindo 5 a 6 projectos;
- Existe alguma sobreposição entre o pilar da gestão do sistema e os projectos dos programas.

Quadro 3: Resumo da estrutura do PEE

Pilar/programa	Eixos	Projecto	Observações
Gestão do sistema	0	4	Inclui algumas actividades com sobreposição/ligação directa com estratégias tratadas também nos outros programas (por exemplo na avaliação, revisão da Lei, reagrupamento da rede escolar…)
Ensino Pré-escolar	4	5	Falta o eixo "relevância"
Ensino Básico	4	6	Falta o eixo "eficaz"
Ensino Secundário	4	5	Falta o eixo "governação"
Ensino Superior	4	5	Falta o eixo "eficaz"

Assim, sugere-se simplificar o quadro lógico uma vez que nem todos os eixos são usados consistentemente ao longo do documento, reduzindo-os para 3:

- Acesso equitativo;
- Qualidade e relevância;
- Gestão e governação eficiente e eficaz.

Cada programa inclui uma análise sobre a situação actual como introdução e justificação dos projectos propostos. Esta analise é baseada no diagnóstico, mas falta um pouco a relação causal entre os grandes desafios e as propostas para ultrapassar os desafios

Assim, propõe-se,

- Incluir um resumo dos grandes desafios e a resposta do Governo, em linhas gerais, que depois oriente as intervenções específicas por programa (*pode-se usar a carta política para este efeito, que dá um resumo dos grandes desafios e das respostas*);
- Em cada programa, além da apresentação das características da área, incluir um parágrafo com os desafios que se pretende atacar nos próximos anos, para facilitar uma ligação directa com os projectos propostos como está reflectido claramente no pilar de gestão, mas de forma menos clara nos outros programas (vide também ponto 5.3).

Uso da informação estatística

Embora o documento ter informação sobre o estágio actual do sistema, falta um resumo dos indicadores principais e a sua evolução no tempo, em gráficos. Isto pode ajudar entender os grandes progressos feitos, e o estádio robusto do sistema actual (taxa de escolarização liquida e bruta, conclusão, % professores formados, rácio alunos por professor, etc.).

Organização da informação dos programas

O documento, por programa, apresenta informação detalhada sobre o estágio actual do sector, baseado no estudo diagnóstico e outras informações que aprofundam algumas questões (por exemplo sobre a abordagem do português como 1ª língua) para justificar as propostas estratégicas.

Contudo, como já foi indicado, a teoria de mudança e a cadeia de causalidade não está muito clara no documento. O uso, em cada programa de medidas estratégicas, medidas de carácter institucional, projectos, complica a leitura.

Por exemplo:

Para o ensino básico o objectivo é assegurar que até 2021 todas as crianças frequentem e completem um ensino básico obrigatório de 8 anos. Na página 70 estão bem identificados os diferentes aspectos, mas está formulado no contexto do projecto I que, subsequentemente, não aborda o tema como está referido na página 70. Isto é, porque trata-se do objectivo geral do programa de ensino básico. As acções/projectos deveriam ser formulados na base disto.

Tudo isto é, principalmente, uma **questão da organização da informação porque a informação está lá!** Assim, pode-se considerar:

- A inclusão de um resumo dos grandes desafios e a resposta do Governo, em linhas gerais, que depois oriente as intervenções especificas por programa (pode-se usar a carta política para este efeito, que dá um resumo dos grandes desafios e um resumo das respostas);
- Em cada programa, antes de entrar nos programas, projectos, etc. incluir um parágrafo sobre os grandes desafios que se pretende atacar nos próximos anos, para facilitar uma ligação directa com os projectos propostos. Esta abordagem já se aplicou no pilar de gestão, mas fica menos clara nos outros programas.
- Em seguida, recomenda-se indicar os objectivos gerais e estratégicos dos programas, com metas a alcançar até ao fim do mandato e assegurar uma apresentação lógica entre os objectivos, estratégias e actividades principais.
- Neste perspectiva, pode-se tentar reduzir o número das estratégias, fazer melhor distinção, na linguagem entre estratégias e actividades.

Propostas consensualizadas

Em algumas partes do documento, é usada uma linguagem uma pouco ambivalente com palavras como "*sugere-se*" ou "*proponha-se*", particularmente no caso do Ensino Técnico e Ensino Superior. Uma vez que o Plano é do Ministério da Educação, deve-se evitar dúvidas sobre o que se vai ou não se vai fazer.

6.2.2 O quadro financeiro

Um Plano Estratégico deve incluir um quadro financeiro que reflecte os custos da implementação, bem como a previsão do seu financiamento (recursos disponíveis – previsão de médio prazo, e a fonte de financiamento).

Isto é chave para assegurar que o Plano é implementável, por um lado, e por outro lado, pode facilitar as negociações financeiras, internamente com o Ministério das Finanças, e com os diferentes parceiros, para garantir o seu financiamento. O uso de um modelo de simulação facilita a elaboração do quadro financeiro e pode ser usado na formulação de diferentes opções para a implementação.

Os custos

As estratégias e intervenções estão custeadas e detalhadas em termos de tipo de despesa. Trata-se do orçamento de investimento. O plano não apresenta uma visão global da despesa prevista que inclua a parte do orçamento de funcionamento.

Tendo em conta que 80% da despesa da educação é de funcionamento, seria importante incluir esta parte também. Isto é também importante para avaliar a despesa não salarial para fins pedagógicos (vide ponto 5.3, na pág. 27).

Custo unitário

Falta informação sobre o custo unitário das diferentes intervenções (por exemplo da despesa com os diferentes programas de apoio social, a despesa de financiamento as escolas, a despesa com a construção de uma sala de aula).

Projecções dos efectivos

A despesa de funcionamento deveria ser baseada na projeccão do número de alunos, professores e escolas para os próximos anos. O Ministério usa um modelo de projeção do número de alunos como base de planificação para o ano seguinte, apesar de não estar referido no documento.

Cenário fiscal de médio prazo

O documento apresenta os indicadores macroeconómicos (p. 21 do PEE) actuais, mas não inclui uma previsão sobre os recursos disponíveis para o sector da educação nos próximos anos. Assim, é difícil avaliar se a proposta está dentro dos limites orçamentais ou não.

Fonte de financiamento

Embora custeado, o documento não faz referência às fontes de financiamento. Nalguns sítios, é referido o apoio dos parceiros (por exemplo Luxemburgo, no caso da educação técnico profissional ou Portugal relativamente à revisão do currículo).

O modelo de simulação

Em conjunto com o diagnostico, foi introduzido um modelo de simulação para acompanhar a elaboração do PEE. O modelo foi elaborado pelo mesmo consultor e é promovido pelo Polo Dakar na preparação dos planos estratégicas. Teve lugar uma capacitação em 2015 para a utilização, mas o modelo não foi usado para o custeamento do Plano Estratégico ou na avaliação das diferentes opções estratégicas e as implicações financeiras para a sua implementação.

O PEE inclui como actividade (p. 141 do PEE) o desenvolvimento do modelo de simulação.

Recomenda-se:

- No curto prazo, no contexto da finalização do documento, a inclusão, *no mínimo*, de **um quadro financeiro de médio prazo,** que inclua:
    - Estimativa da despesa de investimento e funcionamento do sector para os próximos anos;
    - Previsão dos fundos disponíveis nos próximos anos por via da fonte interna (o estudo diagnóstico já inclui alguns cenários de previsão (vide também ponto 7.1, na pág. 38) e da fonte externa;
- No médio prazo, no contexto da implementação do PEE (2017-2018), propõe-se:

- A recuperação e afinamento do **modelo de simulação**, baseado nas projecções sobre o número de alunos, professores, escolas e salas de aula **por Conselho**, para facilitar a elaboração dos planos operacionais por Conselho;
- Estabelecer os **custos unitários** por intervenção.

6.2.3 Plano Operacional

Um plano operacional faz a ligação entre os documentos orientadores e a implementação. Enquanto o documento orientador (Programa de Governo, Plano Estratégico da Educação) indica o que deve ser feito (estratégias principais), o plano operacional tem como objectivo especificar como estas estratégias serão implementadas.

Isto significa que o plano operacional deve incluir informação sobre:

- O que se pretende alcançar com as estratégias principais (resultados esperados);
- O que deve ser feito para o seu alcance em termos de actividades principais e específicas;
- Quando serão implementadas as actividades, onde e por quem (calendário, âmbito da implementação e responsabilidade);
- Quanto custa a actividade e que tipo de despesa está envolvida (alinhamento com a estrutura do orçamento);

Assim, o Plano Operacional será um instrumento poderoso para a planificação e orçamentação das actividades anuais, bem como para a monitoria da sua implementação e a responsabilização dos que são responsáveis para o alcance das actividades específicas. **O nível de detalhe apresentado no Plano Operacional, depende da existência ou não de planos e orçamentos anuais.**

Operacionalização das estratégias

O PEE inclui planos de acção que concretizam as intervenções principais (a partir dos projectos) identificadas para o alcance dos objectivos do programa em termos de actividades. Os planos de acção apresentam um calendário anual e uma estimativa da despesa total por actividade e por tipo de despesa.

O que falta é informação sobre o responsável pela implementação, a despesa anual, bem como a fonte de recurso.

Planos por Conselho

O PEE prevê os planos de acção como base para a elaboração dos planos subnacionais (ao nível de Conselho) e anuais.

Assim, seria importante prever esta actividade no plano de acção do pilar de gestão.

Consistência dos planos de acção

Os projectos nem sempre reflectem todas as estratégias abordadas no texto. Também existe alguma sobreposição entre um e outro projecto. (para mais detalhe sobre este aspecto, vide o ponto 6.3, no pág. 35). Ainda, nalguns casos, as estratégias parecem ser de facto actividades.

Estão em elaboração (ou já na fase de conclusão) planos de acção sobre a implementação das grandes reformas, em termos de sequência, que ainda não constam no documento:

- O reagrupamento das escolas e as implicações para a construção de escolas adicionais e/ou reabilitação das infraestruturas existentes;
- A finalização da revisão curricular e a preparação para a sua introdução gradual por ano (elaboração dos manuais, preparação dos professores, entre outros).

Planos anuais

Anualmente o sector prepara o seu plano e orçamento, no contexto do ciclo de planificação anual de Governo. Embora não tenha sido possível verificar os detalhes do processo e instrumentos de planificação e orçamentação, parece haver faltar a ligação entre as actividades a serem implementadas anualmente e os orçamentos. Assim será difícil acompanhar a execução dos planos de acção.

Contudo, o sistema de gestão de finanças podia ser ajustado e utilizado para este efeito, o que está previsto no contexto da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável.

Assim, recomenda-se:

- No curto prazo, no contexto da finalização do documento:
  - juntar os planos de acção num anexo e incluir colunas que indiquem, i) a responsabilidade pela implementação e ii) a fonte de financiamento –*se esta informação existir*;
  - incluir os planos de acção que já existem sobre a:
    - Introdução de novo currículo;
    - Reagrupamento das escolas.
- No médio prazo, no contexto da implementação do PEE (2017-2018);
  - Alinhar o sistema de gestão financeira com a estrutura do plano estratégico;
  - Rever as estratégias e actividades, com base nos progressos feitos no ano lectivo de 2016/2017.;
  - Alinhamento do plano com a estrutura orçamental para facilitar a planificação anual e a monitoria da implementação;
  - Elaborar planos operacionais a partir das actividades, por cada unidade responsável para a actividade (ou nível de serviços centrais e de conselhos).

6.2.4 Quadro de Monitoria e Avaliação

Um quadro de monitoria e avaliação é chave para estabelecer o nível de ambição do Plano Estratégico relativamente aos objectivos principais e o acompanhamento do impacto da implementação no alcance desses objectivos.

O quadro é baseado em indicadores e metas que medem progressos no alcance dos objectivos. Distingue-se entre indicadores de:

- Resultados (*outcome*) e de impacto (*impacto*) relativo ao alcance dos objectivos estratégicos (metas finais);
- Produto (output) e processo para acompanhar a implementação do plano estratégico (metas anuais);
- Entrada (input) que defina o que é necessário para produzir os resultados (*output e outcome*) em termos de orçamento (metas físicas).

Para o uso do quadro de resultados como instrumento de monitoria, os indicadores devem ser medíveis através de mecanismos existentes de recolha de dados e informação.

O documento inclui algumas metas específicas, em alguns programas (por exemplo número de professores a serem formados, a percentagem de alunos a frequentar a via técnica do ensino secundário, a universalização do ensino pré-escolar e básico até ao 8º ano, o rácio alunos por professor). Contudo esta informação não está sistematizada num quadro que facilite a monitoria ou avaliação do impacto da implementação do PEE. Não existem indicadores e metas relativas aos objectivos gerais de cada programa, projecto ou estratégias principais. Prevê-se, no contexto da implementação do PEE, a elaboração do quadro de indicadores como um dos próximos passos.

Os planos de acção incluem resultados esperados para cada actividade principal, e assim, fornecem um quadro da avaliação para acompanhar a implementação do PEE. Contudo, os resultados (metas) não são anuais.

Assim, recomenda-se:

- No curto prazo, no contexto da finalização do documento:
    - Colocar visível os resultados esperados no período do PEE relativamente aos objectivos principais de cada programa;
    - Incluir a montagem de um sistema de monitoria e avaliação (capítulo 4) e a elaboração de um quadro de indicadores e metas no plano de acção na componente de gestão para ser operacionalizado;
- Iniciar, para o médio prazo, no contexto da implementação do PEE (2017-2018) a elaboração do quadro de indicadores e metas, através de um processo inclusivo e participativo. A monitoria da implementação do PEE e do seu impacto é chave, não só para a gestão do sistema mas, sobretudo, para aumentar a transparência na prestação de contas.

6.3 A consistência interna

O documento tem algumas sobreposições, repetições e inconsistências.

6.3.1 Consistência dos conceitos

O tratamento do Lei de Bases do Sistema Educativo, 2010

O PEE prevê a implementação da Lei de 2010 não implementada, com algumas mudanças, principalmente em termos de ter 2 em vez de 3 ciclos para o Ensino Básico, e 1 em vez de 2 ciclos no Ensino Secundário. Ao longo do documento é feita referência à Lei de 2010 tal como foi aprovado e, noutros locais, se faz referência à proposta actual.

Sugere-se,

- No ponto 2.1 esclarecer este aspecto, a diferença entre a Lei em vigor, a Lei de 2010 não implementada e a nova proposta no contexto do PEE,
- Especificar as mudanças necessárias na Lei, à luz do que se pretende implementar no contexto do PEE;
- Assegurar que a harmonização da explicação do Sistema Educativa esteja alinhada com a figura 3;

- Evitar, ao longo do documento, fazer referência à Lei de 2010, que não foi implementada, mas, sim, concentrar-se na nova proposta da Lei.

A reorganização/reagrupamento da rede escolar

No contexto da introdução da nova Lei, pretende-se a reorientação da rede escolar. Trata-se de uma visão holística e abrange desde pré-escolar até ao 12º ano. Contudo, no documento este assunto está reflectido em diferentes programas:

- No pilar de gestão refere-se a elaboração da carta educativa por Conselho;
- No programa do pré-escolar são referidos modelos de construção inovadores;
- No programa do ensino básico fala-se sobre o "Plano de reconfiguração da Rede Escolar";
- No programa de ensino secundário é referido "o descongestionamento" das escolas secundárias".

Assim, sugere-se que este aspecto seja tratado num programa específico (pilar de gestão) para assegurar consistência e coerência.

O conceito de um ensino gratuito até ao 12º ano

O documento é explícito sobre a educação gratuita até ao 8º ano, mas sugere na p. 102 do PEE a introdução do ensino secundário gratuito, já em 2017 (plano de acção). Será importante esclarecer como será a introdução do ensino gratuito nos próximos anos.

O tratamento da educação para os adultos

A educação de adultos no ensino secundário não esta reflectida no organograma do sistema (figura 3, p. 26 do PEE).

6.3.2 Assuntos específicos

A gestão educacional

A gestão é um aspecto central do PEE, no capítulo do pilar de gestão, e também no capítulo 4. Entende-se a gestão do sistema em termos da sua planificação e orçamentação, execução, monitoria e avaliação (POEMA)[8].

Como já foi referido, o capítulo especifica algumas acções a serem abordadas no contexto da implementação do PEE. Para assegurar que estas actividades são planificadas, orçamentadas e monitoradas, recomenda-se a sua inclusão no plano de acção do pilar. Por exemplo, as actividades do projecto iv: *reforço do seguimento e avaliação do sector*, podem incluir as propostas do capítulo 4.

O capitulo sobre a gestão refere alguns constrangimentos (ponto 1.4.1), mas não fica bem claro como podem ser ultrapassados.

Sugere-se ainda, incluir, no plano de acção do pilar:

- No projecto IV, uma estratégia para tratar os assuntos ligados à planificação e orçamentação operacional e/ou anual e ao nível dos Conselhos (vide também ponto 6.2.2 e 6.2.3 na pág. 31 e 33).

[8] POEMA: termologia usado em Mozambique para reflectir uma visão abrangente sobre a gestão do sistema educativo.

- Incluir, no projecto II - *reforço da gestão pedagógica* - algo sobre o financiamento às escolas e considerar alocações directas para despesa pedagógica.

O ensino pré-escolar

Universalização do pré-escolar: num contexto onde muitas crianças já frequentam o ensino pré-primário pode-se reforçar que o enfoque é na melhoria da sua qualidade (impactando positivamente os resultados no EB) e expandir os serviços para os mais vulneráveis. Nesta perspectiva seria importante enfatizar o papel do Governo.

Estratégia holística: sugere-se apresentar esta componente numa perspectiva holística e integrada com inclusão de referências a outros ministérios e mecanismos de coordenação.

Os títulos dos gráficos deste capítulo nem sempre estão bem claros (p.e. gráfico 5 e 6 do PEE). Seria importante especificar bem o indicador reflectido no quadro ou tabela.

Sugere-se formular "medidas estratégias" (pra 2.1.2) em termos de objectivos gerais, e as medidas institucionais (2.1.2.1) como objectivos estratégicos que devem estar em linha com os projectos. Neste momento existem três propostas de medidas de carácter institucional e cinco projectos.

Ensino básico

Rácio alunos por professor. O documento propôs o aumento de rácio alunos por professor, mas sem referir a estratégia para chegar a esse resultado, considerando a introdução de novas disciplinas, entre outras.

Introdução de novas disciplinas no 5º ano. Um dos grandes desafios é melhorar a aprendizagem no ensino primário para assegurar a aquisição das competências chaves em português e matemática. A revisão do currículo e a organização no 1º ciclo prevê um aumento das horas lectivas para estas disciplinas. Contudo, com a introdução de novas disciplinas no 5º ano, as horas lectivas destas disciplinas reduzem no 5º ano. Isto pressupõe que o problema será resolvido no 1º ciclo para a aprendizagem do português e matemática. Assim, seria importante o acompanhamento da introdução do novo currículo em termos do impacto na aprendizagem dos alunos.

Ensino básico para os adultos: embora este esteja reflectido no texto, não está reflectido no plano de acção.

Ensino secundário

Análise dos dados relativo ao 6º e 7º ano. Embora estes anos ainda façam parte do ensino secundário actual, uma vez que o PEE introduz um ensino básico de 8º classes, esta parte seria melhor tratada no ensino básico, motivando a extensão do ensino primário de 6 anos para o ensino básico de 8 anos. Assim, este capítulo pode concentrar-se apenas no ensino secundário (9º à 12º ano).

Apoio social. Embora o documento inclua a componente de acção social, seria bom enfatizar e elaborar este ponto na parte descriptiva como estratégia para reduzir as disparidades na participação devido às condições económicas.

Via técnico: 1 ou 2 ciclos? O texto não está bem claro: nas páginas 94 refere 2 ciclos, enquanto na página 95 se introduz a opção de ter 1 ciclo. Ainda, seria importante incluir uma

reflexão sobre como os alunos poderão transitar entre a via geral e técnica, ou a ligação com a formação profissional.

Ensino Superior

Plano Estratégico para o Ensino Superior, Ciência e Inovação, 2018-2021 (p. 137 do PEE): A parte do ensino superior está bem elaborada. É referida a necessidade de elaborar um Plano Estratégico. Assim, não fica bem claro o que se pretende com este plano estratégico, e a validade da proposta do programa no PEE.

7 Condições para a implementação

7.1 O financiamento

O documento reconhece as limitações dos recursos financeiros (por exemplo na p. 48 do PEE) sendo modesto em termos de grandes investimentos (por exemplo na área da construção ou da provisão do pré-primário). Ao mesmo tempo, prevê-se a introdução de um ensino básico de 8 anos com impacto directo no financiamento às escolas.

Contudo, é difícil avaliar se o PEE está sob ou sobre programado em termos do financiamento disponível devido à falta do quadro financeiro (vide ponto 6.2.2 na pág. 31).

A partir da informação apresentada no estudo diagnóstico, pode-se criar um cenário global (Quadro 4). Estes dados sugerem que a proposta do PEE (total de 8,5 mil milhões de escudos – orçamento de investimento para 2017-2021) está dentro dos limites orçamentais, mesmo no cenário pessimista que considera um crescimento económico de 2%.

Quadro 4: Previsão da despesa (reconstrução a partir da informação no estudo diagnóstico)

Anos	Cenário	Cresc. PIB	%Educ/ Total	Previsão dos fundos disponíveis		
				Funcionamento	Investimento	Total
2014	*Linha de base*			*8 071*	*2 018*	*10 089*
2017-2021	Cenário 1	2%	23%	39 856	9 964	49 820
	Cenário 2	5%	23%	47 313	11 828	59 141
	Cenário 3	5%	27%	58 339	14 585	72 924

Fonte: Estudo diagnóstico, 2015

É necessária uma melhor análise para avaliar a alocação dos fundos para os diferentes programas e as opções estratégias, e o impacto da introdução do ensino básico gratuito no financiamento às escolas.

7.2 O horizonte temporal

A implementação do Programa do Governo (e do PEE) já iniciou. Estão a preparar-se as condições para a introdução da nova Lei no ano lectivo de 2017-2018.

Exista alguma urgência em não adiar mais as reformas já previstas em 2010, devido às necessidades emergentes em termos de capacidade humana para um desenvolvimento estável e sustentável do Pais, considerando a transformação populacional e a necessidade de aumentar o crescimento anual da economia que está estagnante desde 2011.

A transformação do sistema educativo é uma agenda de longo prazo e não será concluída neste mandato, mas sim, faz parte do compromisso para a década. Nesta perspectiva, podia-se considerar o PEE como agenda para 2017-2026, operacionalizado através de planos operacionais rolantes de três – cinco anos.

7.3 A capacidade institucional

Em geral, a capacidade institucional e satisfatória para garantir a implementação do programa: nas pgs. 36-37 do PEE, são identificados vários factores que afectam a gestão do sistema, que são parcialmente tratados no plano de acção do pilar de Gestão (projecto I).

Na base do sistema educativo está um corpo de docentes, grande parte deles bem formada e motivada para trabalhar. O plano enfatiza a necessidade de reciclagem para garantir a sua preparação para um sistema educativo modernizado.

7.4 O acompanhamento da implementação

O documento descreve a estrutura de monitoria e avaliação do Plano Estratégica e a necessidade de institucionalizar uma unidade de monitoria e avaliação, os mecanismos de fluxo da informação e a elaboração do matriz de indicadores, para facilitar o processo de monitoria (vide ponto 6.2.4, na pág. 34).

Na construção destes instrumentos deve-se separar entre a monitoria como parte da gestão do sistema e como instrumento de diagnóstico para identificar os pontos fortes, fracos e de convergências para, regularmente (anualmente), ter a informação necessária para ajustar os planos se necessário.

No contexto da monitoria para uma melhor gestão através da supervisão e controlo interno, podia-se considerar, por exemplo, um sistema de responsabilização para o desempenho e premiação baseado em resultados acordados.

7.5 Mitigação dos riscos

O PEE é baseado em reformas ambiciosas. A grande força é o compromisso político e a vontade dos novos gestores num contexto onde existe um sistema educativo robusto que garante um mínimo de qualidade através de professores bem formados e comprometidos.

Contudo, o facto de que a Lei de 2010 nunca foi implementada pode indicar alguma resistência à mudança. Embora a proposta pareça estar dentro dos limites financeiros, não fica claro se o plano responde às necessidades em termos de financiamento às escolas ou reabilitação das infraestruturas.

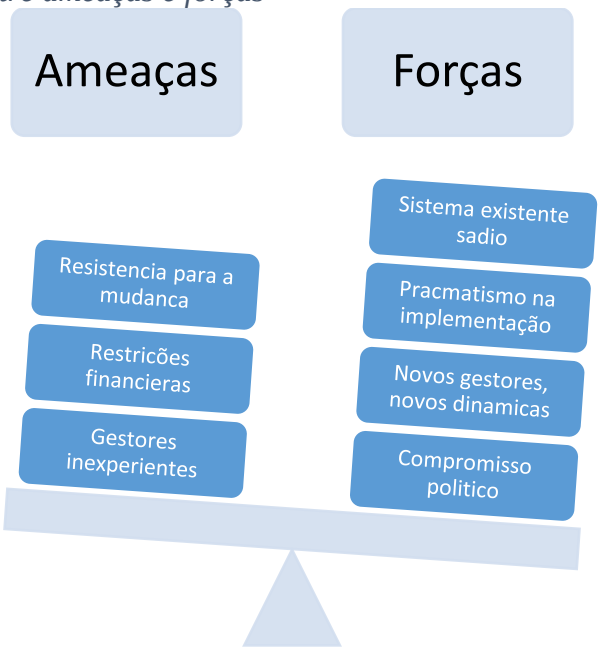
Estes riscos são reconhecidos no documento e propôs as seguintes medidas de mitigação (embora espalhado pelo documento):

- Prevê-se a divulgação e comunicação a todos os envolvidos na educação, particularmente ao nível local: os directores de escola, os professores, os alunos e os pais e encarregados de educação para assegurar o seu conhecimento e apoio à implementação;
- Será desenvolvido e reforçado o sistema de monitoria e controlo interno (inspeção) com o objectivo garantir a observâncias das normas e regras, mas também para

detectar, em tempo útil, problemas que poe em causa os resultados facilitando a tomada de medidas corretivas;

- Ao mesmo tempo, um melhor entendimento das implicações financeiras e a sua sustentabilidade no médio prazo é crucial para assegurar a implementação do plano como previsto.

Figura 3: Balancear entre ameaças e forças



Conclusões e recomendações

Esta parte dá resumo dos pontos fortes e fracos do processo e produto do PEE. Na base disto é formulado uma opinião sobre a credibilidade do PEE e sugestões que podem contribuir a finalização do documento e a sua implementação.

Pontos fortes

O Plano Estratégico da Educação reflecte as prioridades e enfoques do Governo para a Educação, apresentando uma resposta clara aos grandes desafios que o sector enfrenta tal como identificados no diagnóstico sectorial.

A análise e as repostas apresentadas são partilhadas por todas as partes interessadas, e o PEE foi elaborado através de um processo inclusivo e participativo.

O PEE traduz as prioridades e enfoques do sector em estratégias e acções concretas a serem implementados nos próximos anos, sequenciadas e custeados num horizonte de cinco anos.

O PEE apresenta uma agenda de reforma ambiciosa. O cometimento politico para com o plano, o entendimento comum da urgência da reforma para sustentar e impulsionar o nível de desenvolvimento de Cabo Verde, bem como a capacidade institucional e um sistema existente robusto, são os esforços que garantirão a sua implementação.

Prevê-se uma implementação gradual das estratégias, em função das possibilidades financeiras que existem. O orçamento previsto para a implementação dos projectos orçamentado no PEE parece estar dentro dos parâmetros fiscais de médio prazo.

Pontos fracos

Embora o programa do Governo represente uma agenda de mudança consistente e coerente, a causalidade podia ser reforçada no documento.

O grau de sucesso da implementação depende do financiamento adicional, não só em termos de investimento para a reabilitação das infraestruturas, mas também para o funcionamento das escolas. Não fica bem claro se estes recursos existem (falta do quadro financeiro e clareza sobre as contribuições dos parceiros) ou não, e o que podia ser o impacto para a implementação das estratégias principais.

Os instrumentos chaves de planificação e monitoria tais como o quadro de monitoria e avaliação, o modelo de simulação e um plano operacional ainda não existem prevendo-se o seu desenvolvimento no primeiro ano da implementação do PEE.

Conclusão

Apesar da agenda do Governo na área de educação ser suficientemente credível para receber todos os apoios para garantir a sua implementação, o documento do PEE ainda não responde na sua totalidade ao que se considera como sendo um plano credível conforme aos critérios estabelecidos e acordados no contexto da Parceria Global da Educação (PGE) em termos de:

1. Fazer uma apresentação clara da relação causal entre o diagnóstico e as estratégias propostas;
2. Existência de:

a. Um quadro financeiro de médio prazo que reflicta o custeamento, por nível de ensino, da implementação do PEE (despesa corrente e de investimento), previsões para o seu financiamento, o défice financeiro e sugestões para o seu financiamento;
b. Um quadro de indicadores para a monitoria e avaliação da implementação visando o alcance dos objectivos estratégicos;
c. Um Plano operacional para guiar a sua implementação.

Recomendações

Relativamente ao primeiro ponto, trata-se apenas de uma pequena reorganização, uma vez que o documento é rico em termos da informação, para facilitar a sua leitura, visualizando melhor a relação causal entre os desafios e as estratégias propostas, bem como o quadro lógico das intervenções.

Relativamente ao segundo ponto, o documento reconhece estas fraquezas bem como a sua importância para garantir uma implementação consistente, coerente, eficiente e eficaz, e identifica (p. 141 do PEE) e prevê a sua elaboração no contexto da implementação do PEE, com enfoque na elaboração de planos de implementação ao nível dos Conselhos e de indicadores e mecanismos de monitoria e avaliação.

Para algumas áreas já existem planos operacionais parciais nomeadamente para o reagrupamento das escolas, acção social e elaboração e introdução de novo currículo que podiam ser anexados. A partir da informação existente, pode-se construir um quadro de financiamento que mostre a sustentabilidade financeira do PEE.

Considerando que a estratégia para a educação, *em si*, é relevante, sólida e implementável em termos de capacidade institucional e financeira, sugere-se uma resposta faseada aos desafios (vide o Quadro 5):

- Medidas imediatas no contexto da finalização do documento para a sua submissão à PGE;
- Medidas de médio prazo para serem realizadas no contexto da implementação do PEE. Para este efeito sugere-se a inclusão de um plano de acção que defina os passos seguintes, com prazos e recomendações a serem acordados ao nível do Grupo Local da Educação (GLE) e em estreita coordenação com o secretariado da PGE, para ver se isto é aceitável.

Quadro 5: Resumo da apreciação e recomendações

Questões chaves			MS	S	M	Recomendações	Ref.
1. O processo de desenvolvimento do plano	O processo da preparação e finalização do documento			x		Rever o documento na base das recomendações de curto prazo da avaliação	
						Elaborar um Plano de Acção que compromete a: o Elaboração dos planos operacionais ao nível dos serviços centrais e conselhos o Montagem de um sistema de M&A o Revitalização e conclusão do modelo de simulação	
	O envolvimento das partes interessadas			x		• Institucionalizar e calendarizar os encontros do GLE para um debate contínuo em volta das estratégias e a sua implementação	4.3
						• Assegurar divulgação e comunicação em volta do plano	
2. O Plano	Análise sectorial		x			• Complementar com estudos qualitativos para informar a finalização e implementação das estratégias	6.1
	O desenho do plano	As prioridades e enfoques	x			• Reforçar a teoria de mudança no texto	5.3
						• Incluir resumo dos desafios e respostas	
						• Incluir dados que mostram a evolução do sistema baseados nos indicadores educativas principais	
						• Considerar a inclusão de uma reflexão sobre o financiamento às escolas	
						• Promover um debate sobre as questões ligadas ao ensino técnico e educação dos adultos	5.3
		O quadro lógico das estratégias		x		• Arrumar melhor a estrutura dos programas, eixos e projectos	6.2.1
						• Rever a consistência entre as partes	6.3
		O quadro de financiamento			x	• Incluir o quadro de financiamento global	6.2.2
						• Indicar as fontes de financiamento	
						• Faz um estudo de custo unitário	6.2.2
						• Elaborar o modelo de simulação baseado nos Conselhos	
		O quadro da avaliação e monitoria			x	• Incluir um quadro resumo com os indicadores e metas chaves	

						• Elaborar um quadro de indicadores dos objectivos estratégicos	6.2.4
						• Especificar os arranjos para a monitora conjunta	
		O plano operacional			x	• Juntar os planos de acção num anexo como plano operacional, incluindo os planos detalhados que existem	6.2.3
						• Incluir uma coluna sobre a responsabilidade de implementação	
						• Rever o calendário	
						• Rever as estratégias e actividades	
						• Elaborar planos operacionais ao nível dos serviços centrais e dos conselhos	6.2.3
3. Arranjos de implementação	A capacidade institucional			x		• Assegurar a implementação do projecto I do pilar de gestão	
	A governação e responsabilização			x		• Institucionalizar a prática de monitoria e avaliação,	
						• Promover uma gestão para resultados	
	Os riscos e propostas de mitigação			x		• Elaborar um plano de divulgação e comunicação do PEE	
						• Assegurar o acompanhamento da implementação em sintonia com o ciclo anual de planificação e orçamentação	

Avaliação
MS= Muito Satisfatório
S= Satisfatório

Medidas
Curto prazo, no contexto da finalização do PEE
Recomendações para finalização do PEE
Médio-longo prazo como parte da implementação do PEE

Anexo 1: Proposta de reorganização do documento do PEE

Estrutura do documento		Aspectos	Ref: PEE, V1	Para considerar	Ref. RelAval
Prefácio				• Mostrar o compromisso da Ministra à implementação do PEE • Apelo a todos para apoiar a implementação	•
Resumo				• A contextualização do PEE como instrumento de concretização do Programa de Governo para a IX Legislatura • A relação causal entre os desafios e estratégias principais	• Pontos 2, 3 e 5.3
Parte I	1. Introdução	O que se pretende com o PEE	Parte I: 1.		• Ponto 3.3
		Metodologia usada para a elaboração			• Ponto 4.1
		Enquadramento nos instrumentos de Planificação	Parte I:2	• Documento orientador para a operacionalização do Programa de governo • O alinhamento com o PESD, motivando a estrutura do PEE	• Ponto 3.3
	2. O contexto	O contexto socio económico do Pais	Parte II: 1	• Pôr as referencias ao Programa de Governo e compromissos para a década com o ponto 2 – visão para educação • Inclui algo sobre o que isto significa para educação, por exemplo: a transição populacional, a situação económica, etc…	• Ponto 1
		O estágio actual do sector da educação relativo os indicadores principais nos vários níveis do ensino: • A Cobertura • Eficiência interna • Aprendizagem • Financiamento	Parte II: 2.2 e as partes introdutórias dos programas.	• Mostra claramento os grandes progressos feitos – um sistema robusto… • Inclui algo sobre os números de professores e a sua formação	Ponto 5.3
		O sistema educativo	Parte II: 2.1	• Faz resumo do sistema actual, Lei 2010 e a proposta	Ponto 6.3.1
	3. A visão para a educação	O que se pretende de alcance no longo e medio prazo	Parte I: 3.1 e II.1 (p.22 23)	• Faz referencia a agenda de década	Ponto 7.2
		O alinhamento com agendas internacionais	Parte 1: 2.3	• Ligação com os ODS	
		Identificação dos grandes obstáculos para a realização desta visão:	Parte II: 2.2 e o texto nos diferentes programas	• Inclui resumo de conclusões do diagnóstico • Inclui uma apreciação das conclusões (até que ponto concorda com as conclusões do diagnóstico ou não – pode usar a draft carta política como base)	Pontos 2, 3 e 6.2.1
	4. As grandes linhas das	A universalização do Ensino Pré-escolar	Parte I: 3.2		Ponto 3

	intervenções para a realização da visão e ultrapassar os desafios	A reorganização da estrutura do ensino e a rede escolar		• Indica o que se pretende alcançar (ultrapassar em termos de desafios identificados) • Mostra a relação causal que reflecte a agenda de mudança • Faz referencia à organização em programas	
		A modernização do sistema educativo através de reforma curricular			
		A expansão do ensino técnico e formação profissional e superior de qualidade e relevância			
		A formação e capacitação dos professores para responder aos desafios do Sistema modernizado			
		A gestão descentralizada para um maior desempenho			
Parte II	5. A organização do PEE	Eixos, programas e projectos	Parte II 3.2 e 3.3	• Indica como as grandes linhas de orientação são tratados nos diferentes programas • Considere por o pilar de gestão no fim como estratégia de melhorar a capacidade institucional para a implementação e monitoria do PEE (vide ponto 9).	Ponto 6.2.1
	6. Os detalhes dos diferentes programas	Pilar de gestão	Parte III	• Vide os comentários no ponto 6.3.2 • Considere pôr os planos de acção num anexo • Considere pôr a informação sintética financeira tudo junto num capitulo separado	Ponto 6.2.1 e 6.2.2 e 6.2.3
		Ensino Pré-escolar			
		Ensino Básico			
		Ensino Secundário			
		Ensino Superior			
Parte III	7. Arranjos institucionais	Gestão do sistema	Parte III: 1.1-1.3	• Inclui parte III 1.1 sobre a gestão aqui (tirar da proposta do pilar..)	
		O financiamento	Parte III: 3 e as partes dos programas	• Inclui a informação sintética junta num capitulo • Inclui um quadro financeiro simples para mostrar a previsão da despesa total e o orçamento disponível	Ponto 6.2.2
		O processos de planificação anual		• Descreve o processo de planificação anual a partir dos planos de acção (operacional)	Ponto 6.2.3
		A monitoria a avaliação	Parte III 4		Ponto 6.2.4
	8. Analise de risco	Pressupostos, oportunidades e riscos	Parte III: 4 – p. 143	• Incluir uma analise resumo sobre os grandes ameaças e oportunidades	Ponto 7.5.1
		Medidas de mitigação dos riscos		• Inclui a estratégia de comunicação e divulgação	

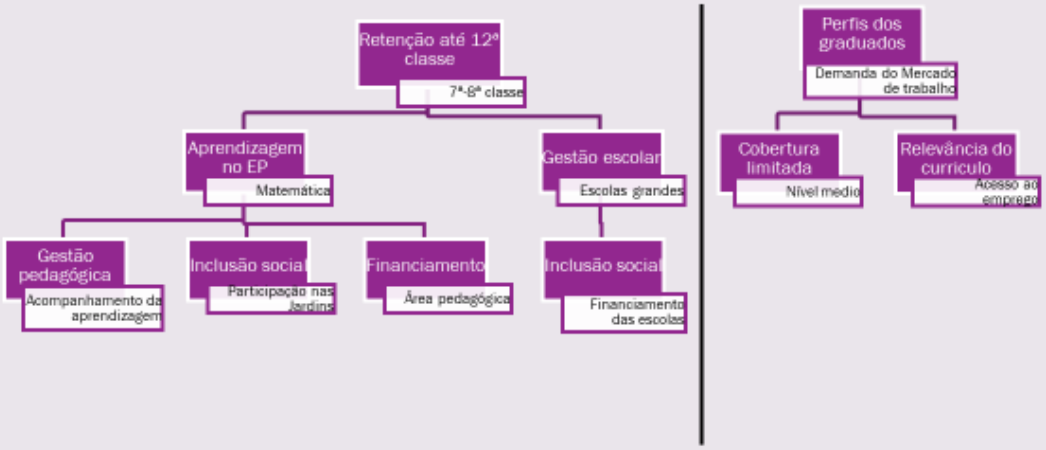
Anexo 2: primeiras impressões sobre o PEE, versão zero





1. As estratégias do Governo apresentam uma resposta clara e coerente aos grandes desafios do sector?

Diagnóstico do sector (resumo dos desafios principais)



Retenção até 12ª classe

Uma estratégia clara para a transformação do cenário actual

O sistema:	Universalização do ensino pré-escolar
	Implementar o Lei de 2010 - Ensino Básico para 8 anos, obrigatório e gratuita
Gestão pedagógico:	Maior atenção no acompanhamento da aprendizagem
	Capacitação/reciclagem dos professores
	Introdução de "tutor"
Rentabilização dos recursos:	Reorganização da rede escola (melhor aproveitamento dos professores, recursos financeiros e materiais...)
	Descentralização da gestão do Sistema e recursos
Aquisição de competências – P e M	Introdução de Português como 2ª língua
	Revisão curricular, aumento de horas lectivas para Português e Matemática no 1º ciclo
A inclusão social:	Maior envolvimento da comunidade na vida escolar
	Politica de acçao social
	Atenção especial para crianças com necessidades educativas especiais

Retenção até 12ª classe

Aspectos para considerar/reforçar/clarificar/debate

A governação:	O papel da comunidade na vida escolar, conselhos da escola ou associações dos pais na sua gestão e governação
	Reforço dos gestores e da gestão escolar
	Alinhamento das formações e capacitações dos professores (IUE, DNE, delegações)
Ensino-aprendizagem:	Metodologias de ensino centrado no aluno
	A introdução de novas disciplinas na 5ª classe – as implicações para o carga horaria do Português e Matemática
Recursos para a área pedagógica:	Financiamento das escolas no contexto de um ensino gratuito até o 12º ano
	Alocação dos fundos às escolas, usando critérios de vulnerabilidade e de desempenho
Ensino pré primário:	Divisão das responsabilidades, fiscalização dos jardins, implicações financeiras
	Articulação com outros ministérios e atenção para as crianças de 0-3
	Preparação para a inclusão do pré-primário no ensino básico?

Perfil dos graduados mais alinhado com o mundo de trabalho

Estratégias propostas

Ensino Secundário profissionalizante
- Currículo por competências
- Actividades extracurricular de complemento da formação
- Apetrechamento das escolas (equipamentos relevantes)
- Formação, capacitação e carreira de professor

Expandir e modernizar a via técnico
- Valorização do ETP
- Restruturação em 2 ciclos (nível II e III)
- Uso das escolas técnicas apenas para ETP
- Elaboração e expansão dos cursos ao nível II (ligação dom Educação para os Adultos=

Melhor ligações com as empresas
- Envolvimento na Gestão da escolas
- Alinhamento do currículo
- Estágios

Tornar o Ensino Superior em excelência
- Maior regulação
- Promoção de cursos científicos
- Investir no corpo docente
- Promoção de pesquisa e inovação

Perfil dos graduados mais alinhado com o mundo de trabalho

Aspectos para considerar/reforçar/clarificar/debate

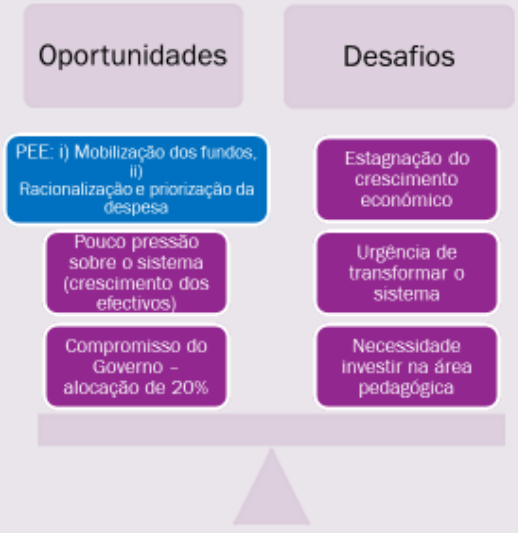
Clareza sobre as estratégias:
- Ensino secundário profissionalizante vs expansão do ETP vs FP vs ESup
- O papel do Educação dos Adultos (ensino básico e secundário) vs FP, habilidades para a vida, possibilidades de reentrar no formal

Articulação com o Ministério de Economia e Emprego:
- Cursos de curta duração (FP)
- ETP vs FP

O financiamento:
- Ensino secundário (e técnico?) gratuita até 12ª classe
- Contribuição das empresas no financiamento do ETP

2. As estratégias são implementáveis em termos de i) financiamento, ii) horizonte temporal, iii) capacidade técnica e institucional?

Sustentabilidade financeira



Horizonte temporal



Capacidade institucional



3. A analise sobre os grandes desafios e a sua resposta são partilhados e apoiados por todas as partes interessadas?

O processo da elaboração e criação de consenso



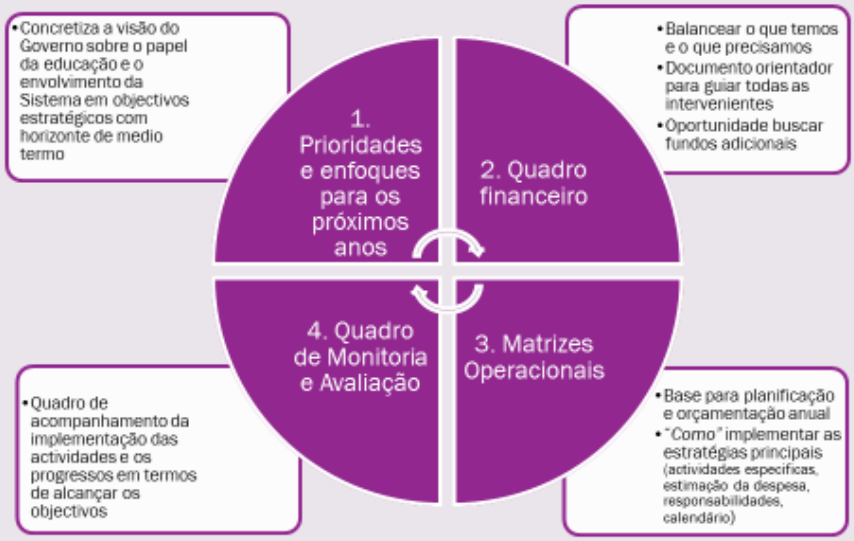
Apreciação do processo

- Processo participativo e inclusivo:
  - Muitas auscultações
  - Envolvimento dos diferentes parceiros
  - Delegados bem informados
- Consenso sobre os grandes desafios e a resposta para ataca-los
- Comprometimento e flexibilidade dos parceiros trabalhar conjunto com o Ministério

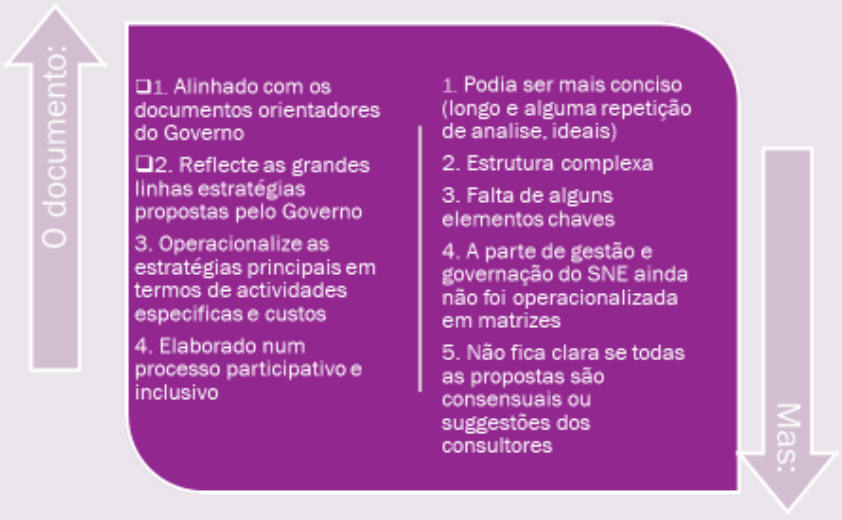
- Alguns aspectos merecem mais dialogo, incluindo com os directamente "afeitados", em termos de implicações prácticas
  - Currículo
  - Agrupamento das escolas
  - Preparação dos professores
  - A abordagem na área de ETP-FP
- Assegurar o envolvimento dos parceiros na finalização do documento e o acompanhamento da implementação do PEE

4. O PLANO ESTRATÉGICO REFLECTE CLARAMENTE AS ESTRATÉGIAS DO GOVERNO, E A SUA OPERACIONALIZAÇÃO?

Os elementos de um Plano Estratégico

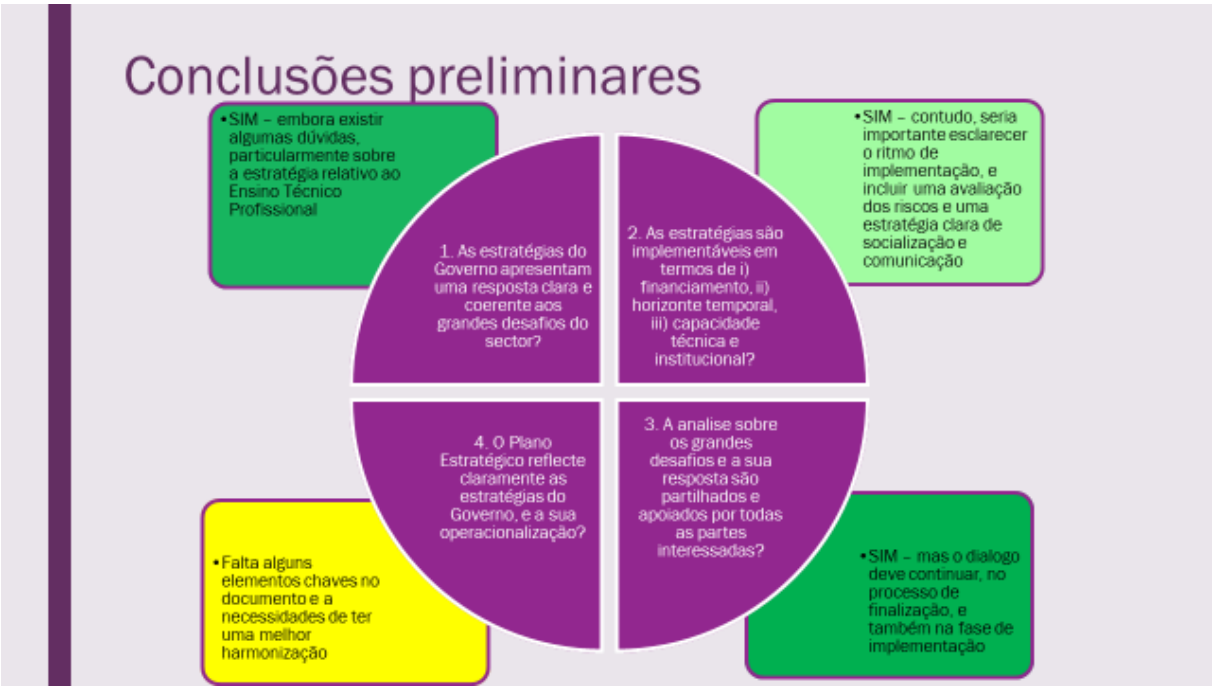


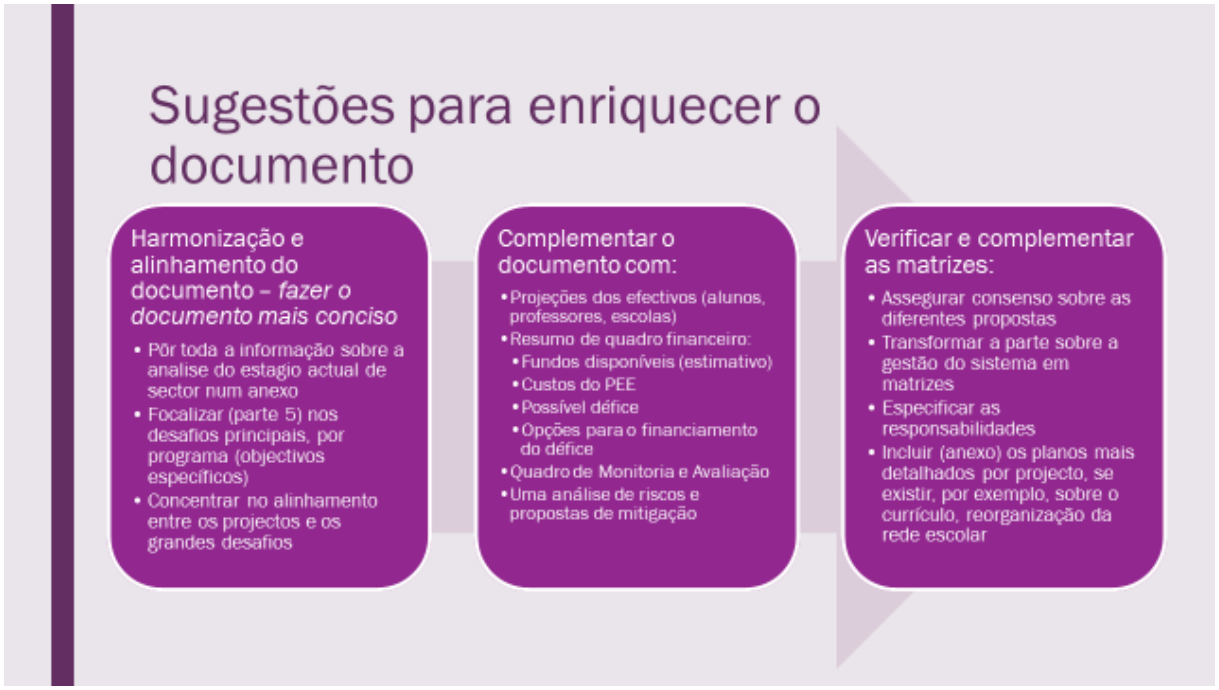
Apreciação da 1ª versão do PEE



RECOMENDAÇÕES

Conclusões preliminares




Sugestões para enriquecer o documento
Harmonização e alinhamento do documento – *fazer o documento mais conciso*
• Pôr toda a informação sobre a analise do estagio actual de sector num anexo
• Focalizar (parte 5) nos desafios principais, por programa (objectivos específicos)
• Concentrar no alinhamento entre os projectos e os grandes desafios
Complementar o documento com:
• Projeções dos efectivos (alunos, professores, escolas)
• Resumo de quadro financeiro:
• Fundos disponíveis (estimativo)
• Custos do PEE
• Possível défice
• Opções para o financiamento do défice
• Quadro de Monitoria e Avaliação
• Uma análise de riscos e propostas de mitigação
Verificar e complementar as matrizes:
• Assegurar consenso sobre as diferentes propostas
• Transformar a parte sobre a gestão do sistema em matrizes
• Especificar as responsabilidades
• Incluir (anexo) os planos mais detalhados por projecto, se existir, por exemplo, sobre o currículo, reorganização da rede escolar

Anexo 3: Lista das pessoas consultados

Ministério da Educação:

- Ministra da Educação – Sra Maritza Rosabal
- Directora de Serviço de Estudos, Planeamento e Cooperação – Sra Ana Santos
- Diretor de Serviço Gestão Financeira e Patrimonial – Sr Miguel Sá Nogueira
- Directora Nacional da Educaçáo – Sra Adriana Mendonça
- Técnica de estatística – Sra Maria de Lourdes Monteiro Pereira
- Delegado do Ministério da Educação da Praia- Sr Adriano Fernandes
- Diretor da Escola Secundária Manuel Lopes (Praia) – Sr Marcos Costa
- Delegado do Ministério da Educação de São Domingos – Sr Wilson Moreno
- Diretor da Escola Secundária Fulgêncio Tavares (São Domingos) – Sr Silvino Almeida
- Gestora do Pólo Educativo nº VII (Água de Gato-São Domingos) – Sra Elci Gonçalves e Prof. José Baessa
- Presidente do Instituto Universitário de formação de professores - Sr António Tavares

Parceiros:

- Embaixada do Luxemburgo – Sr Jorge Wahnon
- Embaixada de Portugal – Sra Helena Guerreiro
- UNICEF:
    - Sra Ulrika Richardson, Representante do Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF
    - Sra Ilaria Carnevali, Representante Adjunta
    - Sra Sandra Martins
    - Sra Patricia Rosa
    - Sr Jose Furtado
    - Sra Nelida Rodrigues
- Kamel Braham, Banco Mundial
- Ludovic Signarbieux, Secretariado PGE
- Abrãao Borges – Rede Nacional de Educação para Todos
- José Manuel Marques - Plataforma ONG

Consultores:

- Sra Adriana Carvalho, PEE
- José Manuel Marques, PEE
- Sr Alain Mingat, Analise sectorial